

| UASG: 987607 | | | |
|---|--|--|--|
| Pregão Eletrônico Nº 015/2026 OBS: (No sistema ComprasGov, deverá ser procurado com o prefixo 900 antes do número da licitação. Ex: 900XX202x) | | Data da sessão de abertura: 23 de março de 2026 às 09h00min | |
| Processo Nº 039/2026 Protocolo nº 3399/2026 | Sistema de Registro de Preços? Não | Edital Exclusivo ME/EPP? Não | Reserva de cota ME/EPP? Não |
| Valor Máximo: R\$ 1.413.962,50 (um milhão quatrocentos e treze mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) | | | |
| Modo de disputa: Aberto | | Vistoria? Sim | Amostra/ Demonstração? Não se aplica |
| Tipo de Licitação: Menor preço global | | | |
| O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ e https://irati.eloweb.net/portalttransparencia/1/ Canais para envio de questionamentos, esclarecimentos ou impugnações: licitacaoirati@gmail.com ou www.comprasnet.gov.br | | | |
| É de fundamental importância à leitura integral e minuciosa do Edital e seus Anexos, bem como da legislação pertinente. Este Edital contempla as inovações trazidas pela Lei de Licitações 14.133/2021, portanto, é indispensável que os licitantes conheçam a nova legislação. | | | |

1. PREÂMBULO

1.1.

O **MUNICÍPIO**

DE IRATI torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tipo **Menor preço global**, e que, em **23 de março de 2026 às 09h00min** no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

1.2.

O Edital e demais

Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitacaoirati@gmail.com.

1.3.

Em caso de

discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

1.4.

A sessão será

conduzida por agente de contratação/ pregoeiro nomeado.

2. OBJETO E VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

2.1.

A presente

licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada em organização e realização de eventos de grande porte para a execução da Expolrati 2026**, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

2.2.

Valor Máximo

aceitável: R\$ 1.413.962,50 (um milhão, quatrocentos e treze mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

2.3.

A licitação será

realizada em um único lote.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1.

Poderão

participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **A participação neste certame NÃO é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.3. aquele que

mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4. empresas
controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.5. pessoa física ou
jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.6. agente público
do órgão ou entidade licitante;

3.7.7. não poderá
participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento
de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A vedação de
que trata o item 3.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, www.comprasnet.gov.br em campo próprio ou no caso de indisponibilidade do Link poderá ser

encaminhada via e-mail: licitacaoirati@gmail.com.

4.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

4.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração da fase preparatória e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

4.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

4.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.

4.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de contrato.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

5.3. No

cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. ☐ está ☐ ciente ☐ e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. ☐ não ☐ emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. ☐ não ☐ possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. ☐ cumpre ☐ as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. ☐ O ☐ licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. ☐ O ☐ fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. ☐ Caso constem no edital, itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. ☐ nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento

favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

5.10. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

5.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

6.1.2. preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

6.1.3. prazo de

validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

6.1.4. declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.

6.1.5. o preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (R\$X,00) após a vírgula.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

6.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes

consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total, sendo o percentual ofertado, aplicado linearmente a cada**

item da contratação.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14. O modo de disputa será “Aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Caso ocorram lances a partir do 08º (oitavo) minuto, serão acrescentados mais 02 (dois) minutos até que não se tenham mais lances.

7.14.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver

empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será sorteio:

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via "chat".

7.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **03 (três) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

7.24.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.26. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na

data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

08. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1.

Encerrada a

etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a)

SICAF;

b)

Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c)

Cadastro

Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparen6.2>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.2.

Caso conste na

Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.2.1.

A tentativa de

burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.2.2.

O licitante será

convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.2.3.

Constatada a

existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação. ([cia.gov.br/sancoes/cnep](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)).

8.3.

Caso atendidas

as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4.

Caso o licitante

provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

8.5.

Verificadas as

condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6.

Será

desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1.

conter vícios

insanáveis;

8.6.2.

não obedecer às

especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3.

apresentar

preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4.

não tiverem sua

exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5.

apresentar

desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6.

No caso de bens

e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.7.

A

inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.6.7.1.

que o custo do

licitante ultrapassa o valor da proposta; e 8.6.7.2.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Como forma de garantir um processo mais seguro à Administração, tendo em vista a necessidade e peculiaridade do serviço a ser contratado, as empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar garantia de proposta conforme abaixo. A justificativa para tal exigência é um instrumento que pode auxiliar a construção de um melhor ambiente competitivo, afastando licitantes aventureiros.

8.10. A LICITANTE apresentará, junto da proposta readequada, comprovante de recolhimento de garantia de proposta emitido até a data limite da sessão pública, e que deve ocorrer ainda na fase de pré- habilitação, garantia de proposta no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o edital, nos termos do art. 58, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.11. A garantia de proposta perderá sua eficácia e será liberada pela Administração em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou ato declaratório do fracasso, exceto se ocorrer:

- a) Desistência da proposta dentro do prazo de validade;
- b) Recusa injustificada em assinar o contrato;
- c) Não apresentação da garantia de execução no prazo previsto.

8.12. Nesses casos, a garantia de proposta poderá ser executada integralmente, sem prejuízo de aplicação de outras sanções cabíveis.

8.13. A Garantia de Proposta poderá ser ofertada em uma das seguintes modalidades:

8.14. (i) Moeda corrente nacional, mediante depósito identificado;

8.15. (ii) Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.16. (iii) Seguro-garantia;

8.17. (iv) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

8.18. É de inteira responsabilidade dos Licitantes a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.

8.19. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal, Agência 0390, Conta Corrente 575.256.153-8, até o limite da data marcada para a apresentação da proposta readequada, sob pena de ineficácia e não aceite da prestação da garantia.

8.20. A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional se dará via comprovante de realização do depósito bancário identificado e devidamente autenticado pelo Banco receptor. Não serão aceitos agendamentos de depósitos ou congêneres.

8.21. A Garantia de Proposta prestada na modalidade Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor.

8.22. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice.

8.23. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico- financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

I) Regularidade Fiscal;

II) Regularidade Trabalhista;

III)

Qualificação

Econômica – Financeira;

IV)

Habilitação

Jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos.

9.1.1.2.

O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

9.1.1.3.

Ao licitante

inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

9.1.2.

Sob pena de

inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.1.2.1.

se a licitante for

a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

9.1.2.2.

se a licitante for a

filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.1.2.3.

serão

dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.2.4.

Portanto não

poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

9.1.3.

Para

comprovação da habilitação jurídica:

a)

Registro

comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
OBSERVAÇÕES:

I - Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

II - Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

III - Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

9.1.4. Para
comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

b) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

9.1.5. Para
comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Certidão
negativa falência e/ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

b) Em caso de
empresas em recuperação Judicial, a mesma deve apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

c) Para as
empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

d) Na falta de
validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 30 (trinta) dias de sua emissão.

9.1.6. Comprovação da
qualificação técnica

a) Declaração de
que se enquadra como Microempresa, Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em sendo o caso, e para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo em anexo.

b) Prova de
Registro da Pessoa Jurídica Proponente no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou conselho equivalente, com validade e sob jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante (Certidão de Registro de Pessoa Jurídica).

c) Prova de
Registro da Pessoa Física declarada como Responsável Técnico no Conselho Regional de

Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou conselho equivalente, com validade e sob jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante (Certidão de Registro de Pessoa Física).

d) Declaração de
Responsabilidade Técnica indicando os seguintes profissionais:

d.1) Registros dos responsáveis técnicos na entidade profissional competente: Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Engenheiro de Segurança, devidamente habilitados em plena vigência pelo CREA ou CAU. Para eventos de grande porte, a segurança do público depende diretamente da integridade de estruturas temporárias e sistemas vitais.

I. Engenheiro Civil

A atuação deste profissional fundamenta-se na Resolução nº 218/73 do CONFEA, sendo compulsória para a estabilidade das edificações transitórias.

Escopo Técnico: Dimensionamento e fiscalização de montagem de palcos, arquibancadas, camarotes, tendas e fechamentos perimetrais.

Certificação: Emissão de ART de Projeto e Execução de Estruturas Temporárias, acompanhada de laudo técnico que ateste a capacidade de carga e a resistência mecânica às intempéries (ventos e sobrecarga).

II. Engenheiro Eletricista: Especialidade em Grupos Moto geradores

A atuação deste profissional é imperativa para a autonomia energética e segurança das instalações temporárias, fundamentada nas normas ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e ABNT NBR 10898 (Iluminação de Emergência).

Escopo Técnico Individualizado:

Dimensionamento e Seletividade: Cálculo da demanda de carga total do evento para especificação da potência nominal e de reserva (KVA) dos geradores, garantindo a seletividade da proteção e o equilíbrio entre fases.

Sistemas de Transferência e Paralelismo: Supervisão da instalação de quadros de transferência (automáticos ou manuais) e sincronismo entre máquinas, visando a continuidade do suprimento em caso de falhas.

Aterramento e Proteção: Implementação de sistema de aterramento temporário específico para as carcaças dos geradores e estruturas metálicas adjacentes, com medição de resistência para prevenção de tensões de passo e toque.

Logística de Combustível e Riscos: Fiscalização do armazenamento de inflamáveis e do sistema de contenção de vazamentos, conforme as normas de segurança ambiental e contra incêndio.

Certificação e Responsabilidade:

Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica): Documento específico de Instalação e Operação de Grupos Moto geradores, que atesta a conformidade das conexões elétricas e a manutenção preventiva dos equipamentos.

Laudo de Abrangência: Relatório técnico que define quais setores (emergência, som, iluminação, climatização) estão cobertos pelo sistema de contingência.

III. Engenheiro de Segurança do Trabalho

Amparado pela Lei nº 7.410/85 e pelas Normas Regulamentadoras (NRs), este profissional é o gestor do risco ocupacional e coletivo.

Escopo Técnico: Elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), definição de rotas de fuga, sinalização de emergência e coordenação de brigadas de incêndio, em estrita observância ao Código de Segurança contra Incêndio e Pânico.

Certificação: ART de Plano de Emergência e Medidas de Prevenção contra Incêndio, atuando em conjunto com a equipe técnica da Contratada e Corpo de Bombeiros.

d.1) Os mesmos não poderão ser substituídos sem a expressa autorização do CONTRATANTE. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de um Proponente. A declaração deve ser assinada pelo representante/administrador/procurador da empresa e pelo profissional declarado como responsável técnico.

e) Atestado de capacidade técnica OPERACIONAL, emitido (s) em nome da Pessoa Jurídica, emitido por empresa pública ou privada, de forma que a licitante comprove já ter executado objeto semelhante ao que se propõe nesta licitação, devendo conter no mínimo: o período, a descrição e a manifestação quanto à regularidade da execução do objeto, a data de emissão do atestado e a clara identificação do seu emitente. O atestado de Capacidade Técnica deve comprovar, no mínimo, a prestação de serviços semelhantes equivalentes ao abaixo estabelecido:

e.1) Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante pessoa jurídica já forneceu objeto igual ou semelhante ao solicitado em edital, emitido, no mínimo por 01 (um) órgão público ou privado. O atestado deverá conter expressamente o nome do responsável pela assinatura, bem como endereço e dados de contato do emissor do atestado. Deverá constar no atestado, no mínimo o fornecimento e montagem das seguintes estruturas com medidas com variação máxima de 30% da dimensão dos itens contidos no termo de referência, sendo estas as de maior relevância na contratação:

- PALCO
- ARENA DE RODEIO + SHOW
- CAMARINS
- CAMAROTES

e.2) Justificativa: A exigência de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, busca comprovar que a licitante já executou objeto de natureza igual ou semelhante ao ora licitado, demonstrando experiência prática e compatível com a complexidade da contratação. Tais documentos, aliados à exigência de indicação do pessoal técnico qualificado, registro nos conselhos profissionais (CREA/CAU), bem como da apresentação de programas e certificados relacionados à saúde e segurança do trabalho (PGR, PCMSO, NR 35, NR 01), visam resguardar a Administração Pública quanto à eficiência, segurança, qualidade e legalidade da execução contratual.

f) Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos respectivos objetos, assim considerada a somatória dos quantitativos, dentro do mesmo lapso temporal.

g) Atestado de Capacidade Técnica Profissional acompanhado da Certidão de Acervo Técnico, ou simplesmente a Certidão de Acervo Técnico, emitido em nome de cada Responsável Técnico acima indicado, comprovando já ter atuado como Responsável Técnico em serviços similares ao descrito no escopo técnico em qualquer tempo, quantidade ou prazo.

9.1.7. Documentação Complementar

a) Declaração Conjunta (Anexo III);

b) A licitante deverá realizar visita técnica, por meio de seu responsável técnico, em até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do pregão, juntamente à Comissão de Eventos Municipal de Irati, em horário previamente agendado pelo interessado através do

telefone a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal competente, a fim de tomar conhecimento das condições de trabalho, da estrutura administrativa, da estrutura física/espacos existentes, áreas consideradas relevantes, sua estrutura de planejamento de logística, equipes que estarão vinculadas ao trabalho, bem como para os esclarecimentos necessários à boa execução do contrato e do projeto completo do Evento Expolrati 2026.

c) As visitas somente serão agendadas/realizadas respeitando o horário de expediente normal da Prefeitura junto das Secretarias de Indústria e Comércio ou Secretaria de Cultura e Turismo.

d) A proponente, por meio de um representante técnico legal, quando da visita técnica, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.

e) Ao final da visita, será emitida declaração comprovando a presença do licitante na visita técnica e atestando que o representante legal da empresa tomou conhecimento de todas as informações, constatando as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação.

f) A declaração de participação na visita técnica deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os documentos de habilitação.

g) Caso opte por não realizar a visita técnica, a proponente deverá obrigatoriamente entregar, junto com os documentos de habilitação, declaração de responsabilidade pelo conhecimento das condições locais para a execução do objeto, assinada por seu responsável técnico, conforme modelo disponibilizado pela Administração.

h) Caso a licitante que venha a ser contratada não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.

9.3. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

9.4. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro.

9.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

9.9.3. documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

9.10. Na análise dos

documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

9.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.14. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

10.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões

de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.5.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.5.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

10.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/1/>

10.12. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará o procedimento à Procuradoria Jurídica para parecer.

10.13. Caso a pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do COMPRASNET, com aviso chat com pelo menos 01 (um) dia útil de antecedência.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

11.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

11.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

11.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

12. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. A vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

12.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em um CONTRATO, cuja minuta se encontra anexo neste Edital.

12.3. O Contrato será encaminhada, sendo obrigação da Licitante a assinatura do instrumento, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até **05 (cinco) dias após o seu recebimento / publicação no diário oficial do município**, caso não encaminhe o mesmo a divisão de contrato emitirá notificação, para penalidades cabíveis.

12.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela

Administração.

12.4. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

12.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o MUNICÍPIO DE IRATI.

12.6. A empresa deverá apresentar, no ato da assinatura do Contrato, a título de garantia de execução dos serviços, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor pactuado entre as partes, pelo que garantirá a fiel observância dos termos do contrato.

12.7. A garantia deverá ser apresentada até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no Art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo em até 10 (dez) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

12.9. Em relação ao seguro garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução, e incluir a cobertura dos valores de multas eventualmente aplicadas.

12.10. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, podendo ser depositada na Caixa Econômica Federal, Agência 0390, Conta Corrente 575.256.153-8.

12.11. O Município poderá utilizar a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

12.12. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.13. Fica o Fiscal e o

Gestor do Contrato, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.2.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.2.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.2.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.2.1.4. deixar de apresentar amostra, quando exigida;

13.2.1.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.1.6. **atraso ou inexecução parcial na execução do contrato ou ata.**

13.2.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2.1.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o

instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.1.9. apresentar
declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.2. fraudar a
licitação

13.2.3. comportar-se de
modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.2.4. agir em conluio
ou em desconformidade com a lei;

13.2.5. induzir
deliberadamente a erro no julgamento;

13.2.6. apresentar
amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;

13.2.7. praticar atos
ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.2.8. praticar ato lesivo
previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.3. Com fulcro na Lei
nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1.advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de
licitar e contratar e

13.2.4. declaração de
inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.3.6. Em caso de 03 (três) notificações por advertência em virtude de atraso ou inexecução parcial, será aberto processo administrativo para aplicação de multas, conforme gravidade dos fatos apresentados no processo.
- 13.3.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.2 a 13. 2.1.6 a multa será de 10% do valor total da proposta do licitante.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.2.1.7 a 13.2.8., a multa será de 15% do valor da proposta.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de

impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2 a 13. 2.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.2.1.7 a 13.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.2 a 13. 2.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.2.1.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Adota-se nesta licitação e nos consequentes Contratos, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a)

PRÁTICA

CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b)

PRÁTICA

FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c)

PRÁTICA

COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d)

PRÁTICA

COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e)

PRÁTICA

OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral

promover inspeção.

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga dos contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese do contrato vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6.

Os licitantes

assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7.

Na contagem dos

prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8.

O

desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9.

Em caso de

divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10.

O Edital e seus

anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/1/>

15.11.

Fica assegurado

à Prefeitura Municipal de Irati, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

15.12.

Após a

finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

15.13.

A Administração

poderá, até a assinatura do Contrato ou outro documento equivalente, inhabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o

julgamento da licitação.

15.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Irati, com exclusão de qualquer outro.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

-Anexo I - Termo de Referência; Anexo II – Modelo Padrão de Proposta; Anexo III– Declaração unificada; Anexo IV – Minuta do Contrato.

Irati, na data da assinatura digital

Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

A presente adequação ao Termo de Referência visa a pormenorizar e complementar as especificações técnicas, os quantitativos e as condições estabelecidas para a contratação de empresa especializada na organização e realização de eventos de grande porte. O objetivo é a execução da Expolrati 2026, evento de relevância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do Município de Irati, no Estado do Paraná.

1. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES PRELIMINARES

1.1. DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto a seleção de empresa especializada em organização e realização de eventos de grande porte para a execução da Expolrati 2026, evento de suma importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do Município de Irati, no Estado do Paraná. O evento ocorrerá no segundo final de semana do mês de abril de 2026, estendendo-se do dia 8 (quarta-feira) ao dia 12 (domingo) de abril de 2026, nas instalações do CT Willy Laars. A empresa contratada será responsável pelo planejamento, montagem, execução, coordenação, gerenciamento e desmontagem da infraestrutura descrita nos itens aqui contemplados e dos serviços necessários à realização do evento e demais atividades a ele atreladas, em estrita conformidade com as especificações técnicas, os quantitativos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A totalidade dos bens e serviços a serem fornecidos, incluindo estruturas, equipamentos, recursos humanos e logísticos, visa a garantir a excelência, segurança e o pleno êxito da Expolrati 2026, proporcionando uma experiência memorável e enriquecedora para expositores, participantes e o público em geral. A Contratada deverá observar as regras específicas para exploração comercial de espaços determinados e de ingressos de Camarotes, conforme detalhado nos itens subsequentes deste documento.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES PRELIMINARES

A contratação da empresa especializada para a concretização da Expolrati 2026, a ser realizada entre os dias 8 e 12 de abril de 2026 no CT Willy Laars, em Irati/PR, constitui a essência desta demanda. A empresa vencedora da licitação, doravante denominada CONTRATADA, deterá exclusividade na exploração comercial de espaços e segmentos específicos durante o evento, conforme pormenorizado neste Termo de Referência, sempre em conformidade com as diretrizes e disposições aqui estabelecidas. A CONTRATADA deverá atuar em constante alinhamento e sob o

acompanhamento criterioso da Comissão Organizadora da Expolrati 2026, assegurando a aderência às expectativas e necessidades da Administração Municipal.

Considera-se que o objeto desta contratação se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos. A definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade dos itens e serviços requeridos, passíveis de detalhamento por meio do edital e de especificações usualmente reconhecidas pelo mercado, justifica a modalidade de licitação a ser adotada. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global, o qual representa a abordagem mais vantajosa para a Administração Pública na aquisição de bens e na contratação de serviços desta natureza, promovendo a economicidade e a eficiência na alocação dos recursos públicos.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irati, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Cultura e Turismo, propõe a realização da Expolrati 2026 com o objetivo primordial de fomentar e valorizar as variedades econômicas e culturais do município, oferecendo à população e aos visitantes um conjunto robusto de atrativos, equipamentos, bens e serviços voltados ao entretenimento, lazer, cultura e negócios. Este evento se insere estrategicamente no calendário municipal como um motor para o desenvolvimento local, buscando atrair um público diversificado e significativo para Irati durante um período determinado, em consonância com as políticas de desenvolvimento econômico e turístico da municipalidade.

A Expolrati 2026 transcende a mera celebração, configurando-se como um vetor estratégico para a dinamização da economia local. Ao reunir produtores locais, comerciantes e expositores do agronegócio, industriais e prestadores de serviços em um único espaço, o evento cria um ambiente propício para a geração de negócios, a troca de experiências e a prospecção de novas oportunidades. O incremento do fluxo de visitantes e turistas durante os dias da feira resulta em uma injeção econômica direta e indireta, beneficiando hotéis, restaurantes, comércios diversos e toda a cadeia produtiva local. Além disso, a feira serve como vitrine para os produtos e serviços de Irati, projetando o município no cenário regional e estadual, atraindo investimentos e fortalecendo a imagem da cidade como um polo de desenvolvimento e hospitalidade. A valorização do agronegócio, setor fundamental para a economia de Irati, é um dos pilares da Expolrati, que proporcionará aos produtores um espaço qualificado para exposição de seus produtos, tecnologias e inovações, fomentando a competitividade e o crescimento do setor. Simultaneamente, o turismo será impulsionado, com a atração de visitantes interessados não apenas nos espetáculos e exposições, mas também na cultura, gastronomia e belezas naturais da região, promovendo uma vivência completa e estimulando a permanência e o retorno desses turistas a Irati. Portanto, a

contratação de uma empresa especializada e com comprovada expertise em eventos de grande porte é fundamental para garantir que a Expolrati 2026 seja planejada e executada com o mais alto padrão de qualidade, segurança e organização, alinhando-se às expectativas da Administração e da comunidade iratiense.

2.2. DA JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVISIBILIDADE DO OBJETO

A decisão pela contratação global do objeto desta licitação, sem fracionamento, fundamenta-se na busca pela eficiência, economicidade e na garantia da integridade técnica e operacional do evento Expolrati 2026. Conforme entendimento consolidado, o parcelamento de um objeto licitatório somente se justifica quando técnica e economicamente viável e recomendável, visando aproveitar as peculiaridades do mercado sem comprometer a essência da contratação.

Neste contexto, a organização de um evento da magnitude da Expolrati 2026 demanda uma coordenação integrada e uma gestão unificada de todas as suas etapas e componentes. O fracionamento da contratação, dividindo as responsabilidades por múltiplas empresas, implicaria em riscos significativos de descoordenação, desalinhamento técnico, dificuldades na padronização de materiais e serviços, e um aumento substancial na complexidade da fiscalização por parte da Administração Pública. A viabilidade técnica da não divisibilidade reside na intrínseca interconexão entre os diversos elementos que compõem o evento. A contratação de um único fornecedor para a execução integral do objeto, apenas não conflitando com contratos já vigentes assegura a harmonia entre todas as partes, a compatibilidade entre os equipamentos e a otimização dos processos de montagem e desmontagem, minimizando falhas e garantindo a fluidez das operações.

Ademais, sob a perspectiva econômica, a contratação global tende a gerar um custo total inferior à soma dos custos de contratações fracionadas. Empresas especializadas em eventos de grande porte possuem maior capacidade de negociação com fornecedores, logística otimizada e economias de escala, resultando em propostas mais vantajosas para a Administração. A gestão de um único contrato administrativo também simplifica os procedimentos burocráticos, reduzindo o tempo e os recursos humanos dedicados à administração contratual. O presente objeto, a ser administrado por uma única secretaria em um curto período de tempo de execução e realização, requer uma coordenação impecável. A contratação global facilitará a gestão do contrato e a realização do evento, sem causar prejuízos à Administração Pública, mitigando os riscos inerentes à própria execução e garantindo que o interesse público de oferecer um evento de alta qualidade e segurança seja plenamente atendido.

2.3. DA JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO APRESENTADA

A solução apresentada neste Termo de Referência, que prevê a contratação de empresa especializada em organização de eventos de grande porte com contrapartida e possibilidade de

exploração de alguns dos espaços (diferentes dos já estabelecidos para os demais comércios), foi concebida a partir de um estudo preliminar aprofundado e da análise de modelos de sucesso em outros municípios para eventos de porte similar. Esta abordagem visa a proporcionar à população de Irati acesso gratuito a um evento de grande magnitude, maximizando os benefícios sociais, culturais e econômicos, sem onerar excessivamente os cofres públicos.

O serviço público, em sua essência, constitui uma atividade prestacional em que o Estado assume o dever de garantir o acesso a certas materialidades em favor da coletividade. Nesta perspectiva, para viabilizar a entrada gratuita aos munícipes iratienses, propiciando os benefícios já destacados na justificativa do objeto, a complexidade e as especificidades das atividades inerentes a um evento como a Expolrati 2026 conduzem à terceirização da prestação de serviços. A expertise e a capacidade operacional da iniciativa privada são indispensáveis para garantir a qualidade e a segurança exigidas, em um nível que não seria alcançável exclusivamente com recursos próprios da Administração, especialmente considerando a gratuidade do acesso.

O arranjo colaborativo proposto, onde a Administração Municipal de Irati disponibiliza espaços e estabelece as condições de exploração, delega a gestão da prestação de serviço para a iniciativa privada. Nesta configuração, a CONTRATADA terá a possibilidade de explorar atividades comerciais com o intuito de lucro (a venda de bebidas em Camarotes), e, explorar a venda de ingressos de Camarotes conforme as regras aqui estabelecidas e, em contrapartida, possibilitará um serviço de alta qualidade, segurança e, crucialmente, gratuito para a coletividade. Esta sinergia entre o setor público e privado representa a forma mais eficiente e eficaz de concretizar a Expolrati 2026 com o padrão almejado pela Administração, promovendo o desenvolvimento local e a satisfação da população.

3. DOS ESPAÇOS DISPONIBILIZADOS PARA A EXPOIRATI 2026

O objeto do presente edital compreende a Contratação de empresa especializada em organização e realização de eventos de grande porte, para a Expolrati 2026, entre os dias 8 e 12 de abril de 2026, no CT Willy Laars, em Irati/PR. A CONTRATADA terá a exploração dos espaços apresentados abaixo, que deverão ser dotados de estrutura e serviços para o perfeito funcionamento do evento, de acordo com o detalhamento que segue:

3.1. ESPAÇO 1 — ÁREA DE SHOW NACIONAL

Esta área será destinada aos shows de renome nacional e deverá comportar todos os camarotes. Contará com Palco Principal e saídas laterais de emergência devidamente sinalizadas. Este espaço abrigará camarotes e áreas vip, camarins, carretas banheiro, pontos de venda de bebidas. A empresa contratada deverá instalar o Palco Principal com as especificações detalhadas neste Termo, além de todas as estruturas de apoio necessárias à realização dos espetáculos.

3.2. ESPAÇO 2 – ARENA DE RODEIO

O espaço da arena de rodeio deverá comportar um público de, no mínimo, 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas. Conterá com duas arquibancadas com 160 (cento e sessenta) metros de vão livre e 8 (oito) lances de arquibancada, área específica para Pessoas com Deficiência (PCD), camarotes e demais requisitos conforme detalhado no item 5.5 e 6.4.6.1 deste Termo de Referência.

3.3. LOCALIZAÇÃO E CROQUI

Os espaços disponibilizados dentro do CT Willy Laars estão dispostos no croqui detalhado que será apresentado na ordem de serviço do Evento, após a assinatura do contrato.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS/FORNECIDOS PELA EMPRESA

4.1. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá fornecer toda a estrutura física, os equipamentos, os recursos humanos e os serviços necessários para a devida funcionalidade dos espaços e atividades do evento, em estrita conformidade com as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

4.2. Toda a estrutura a ser disponibilizada, incluindo, mas não se limitando a palcos, camarotes, camarins e quaisquer outros materiais, deverá encontrar-se em perfeito estado de uso, conservação, devidamente limpa e higienizada, antes, durante e após a realização do evento.

4.3. Após a formalização do contrato administrativo, será disponibilizado à CONTRATADA um croqui detalhado do local, indicando precisamente os pontos de montagem de todas as estruturas, tais como palcos, camarotes e camarins.

4.4. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá apresentar à Comissão Organizadora, até a data de 7 de abril de 2026, 24 horas antes do início oficial do evento, a totalidade da documentação necessária para a viabilização do evento. Esta documentação incluirá, mas não se limitará a, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's) de todos os projetos e montagens, relação atualizada dos eventuais subcontratados, laudos e certidões de segurança das estruturas, autorizações e documentos exigidos pelas normas de regulamentação e legislação vigente, abrangendo aspectos como palcos, camarotes, estruturas e quaisquer outros itens necessários e indispensáveis à realização segura e legal do evento.

4.5. Todos os itens constantes nas Tabelas de Especificações do Objeto, detalhadas no item 5, devem estar integralmente montados, testados e disponíveis para uso e vistoria até o dia 7 de abril de 2026, ou seja, 24 horas antes do início oficial do evento. A documentação pertinente à estrutura e aos serviços que serão disponibilizados para o evento deverá ser entregue conforme

orientação da Comissão Organizadora. A desmontagem completa de todas as estruturas e a desocupação dos espaços deverão ser concluídas em até 05 (cinco) dias após o término do evento.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS DO OBJETO

O objeto em sua totalidade deverá conter os itens mínimos, bem como suas especificações e quantitativos, sendo eles integralmente fornecidos pela empresa contratada, conforme estabelecido abaixo. Os quantitativos e especificações detalhados a seguir integram a planilha de itens de cotação e o termo de referência modelo, priorizando as informações mais completas.

5.1. Palco Principal

Item: 01 (um)

Unidade: Unidade

Especificações: Palco medindo 20 x 15 metros, com torre de pé direito de 10 metros de altura, proporcionando um vão livre de 06 x 20 metros. Conterá com passarela em formato "T", sendo a parte frontal de no mínimo 14 metros e o "T" com no mínimo 14,0 metros de comprimento. O piso da passarela deverá estar 0,40 cm mais baixo que o piso do palco, este último com 2,20 metros de altura. A largura da passarela deverá ser de 3,0 metros. Toda a estrutura deverá ser confeccionada em material de alumínio, com cobertura em 02 águas na cor branca. Deverá estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). O Palco Principal deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento. A instalação deverá ocorrer na Área de Shows conforme croqui apresentado na ordem de serviço.

5.2. Máscara de Palco

Item: 02 (duas)

Unidade: Unidade

Especificações: Estrutura em Box Truss de alumínio P30 e P50, com 50,00 metros de comprimento de largura e 12,00 metros de altura, com uma profundidade de 3,0 metros. Será montado um espelho com as mesmas estruturas da frente. Para sustentação da estrutura, deverão ser utilizadas 18 (dezoito) caixas d'água de 1.000 litros, além de cabos de aço empregados como estaio. Deverá ser montada conforme o croqui de montagem apresentado na ordem de serviço. Deverá estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Deverá ser disponibilizada para todos os dias do evento.

5.3. Housemix

Item: 01 (um)

Unidade: Unidade

Especificações: Estrutura em aço galvanizado ou alumínio treliça (Boxtruss), com medidas de 5 x 5 metros, composta por dois andares com tablado em madeirite de 18 mm, elevado 0,70m do solo, e equipada com escada de acesso. Deverá ser instalada a 30 metros de distância do palco principal. Deve estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento.

5.4. Rodeio Completo

Item: 01 (um)

Unidade: Unidade

Especificações: A contratação de empresa especializada para a completa realização da atração de rodeio profissional, incluindo todas as especificações mínimas detalhadas no item 6.4.2 deste Termo de Referência. Deverá ser disponibilizado para todos os dias de programação do rodeio, que ocorrerá na Arena de Rodeio.

5.5. Estrutura de Alumínio (Boxtruss) Pórtico

Item: 01 (um)

Unidade: Unidade

Especificações: Mínimo P30, incluindo sapatas e cubos para instalação dos mesmos, para montagem de pórtico que pode ser personalizado. Deverá estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e ART. Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento.

5.6. Grades de Contenção

Item: 250 (duzentos e cinquenta)

Unidade: Metros linear

Especificações: Grades em aço galvanizado ou alumínio, medindo 2,00 x 1,20 metros cada. Deve estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e ART. Deverá ser disponibilizada para todos os dias do evento.

5.7. Camarins Palco Principal

Item: 06 (seis)

Unidade: Unidade

Especificações: Camarins medindo 5,0 x 5,0 metros, com paredes de painéis em TS e perfil de alumínio em octanorm, porta com chave, forro, tablado nivelado resistente com forração em carpete de no mínimo 4 mm, instalado em qualquer tipo de terreno. Com instalação elétrica de no mínimo 04 (quatro) lâmpadas e 04 (quatro) tomadas 110/220V por camarim. Itens obrigatórios em CADA CAMARIM: 01 Sofá de 03 lugares; 05 cadeiras; 01 Geladeira; 01 Espelho de corpo inteiro; 01 Mesa com toalhas brancas; 01 Arara ou Cabideiro; 01 Ar-Condicionado fixo ou móvel mínimo de 12.000 Btus. Os camarins devem ser abastecidos com bebidas e alimentação finger food e bebidas conforme solicitação da Contratada, disponíveis durante todo o horário de atendimento do evento, com reposição durante a circulação, com higienização dos espaços e insumos necessários ao serviço. Deve estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e ART. Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento.

5.8. Camarotes

Item: 04 (quatro)

Unidade: Unidade

Especificações: Camarote com no mínimo 02 (dois) níveis: com dimensões máximas de 10,0 x 40,0 (LxC) metros e outro com dimensões máximas de 10,0 x 20,0(LxC) metros. Estrutura em alumínio treliçado (Boxtruss) ou aço galvanizado resistente, sem cobertura, piso composto de estrutura resistente, nivelada, altura ajustável no primeiro nível de 1 metro e 1,8 metros, com duas escadas de acesso para os 03 (três) níveis, guarda-corpo nos 4 (quatro) lados, adesivo antiderrapante nas escadas, e tecido preto encapando toda a estrutura metálica. Deve estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e ART. Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento.

5.9. Fechamento Metálico

Item: 250 (duzentos e cinquenta)

Unidade: Metros linear

Especificações: Locação de fechamento metálico (tapume), para isolamento de áreas e restrição de acesso, em aço galvanizado, medindo no mínimo 2,0 x 3,0 metros cada. Deve estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e ART. Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento.

5.10. Conjunto de Placas Indicativas e de Sinalização

Item: 01 (um)

Unidade: Conjunto

Especificações: Este conjunto compreende diversas unidades destinadas à sinalização e orientação visual em todo o perímetro do evento. Serão 03 (três) unidades de Placas de 2m x 2m (lona impressa) com 2 (dois) pés de 1,5m de altura (estrutura de madeira); 04 (quatro) unidades de Box Truss (pórticos) com 2 (dois) pés de 4m de altura e 6m de comprimento com vão de 1m para lona impressa (6m x 1m); 03 (três) unidades de Placa Fachada – Estrutura metálica de 5m x 1m com lona impressa; 05 (cinco) unidades de Placa Indicação (ambulatório, Gourmet, Kids) – Estrutura de madeira, 5m x 3m, lona impressa com 3 (três) pés de madeira de 2m de altura. Além disso, haverá Placa em PVC (2mm), com impressão colorida a serem distribuídas para indicação do local do evento, a partir da entrada da cidade, em medidas variadas, totalizando 20m². Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento, com instalação nos locais indicados pela Comissão Organizadora e retirada após o término do evento.

5.11. Placas Indicativas de Sinalização Internas

Item: 14 (quatorze)

Unidade: Unidade

Especificações: Lonas de 0,80 x 3,0 metros com ilhós (reforçado), lona impressa esticada para comunicação interna pelo parque. O material deverá ser antichama autoextinguível (não propaga chamas). Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento, com instalação e retirada após o evento.

5.12. Serviço Gráfico

Item: 01 (um)

Unidade: Conjunto

Especificações: Pagamento conforme demanda, abrangendo diversos itens gráficos essenciais para a divulgação, identificação e organização do evento. Inclui a aquisição e confecção de:

- **500 (quinhentos) ADESIVOS (MODELO ESTACIONAMENTO):** Flexo Inkjet - 13x13cm - para colar dentro do carro - 13x13cm, 5x0 cores, Tinta Flexo Digital Escala em Vinil Transparente 190g, Verniz Local Serigrafia Flexo.

- **CREDENCIAL ACESSO (Conforme demanda):** Tamanho 9cm x 7cm / modelo único / 4x0 cores / couchê 300gr.

● **3000 (três mil) PULSEIRAS PARA IDENTIFICAÇÃO:** Pulseiras de Identificação, numeradas, sistema de impressão flexográfica, produzidas em material sintético de 150g, adesivo com cola acrílica de alto tac, com cores fluorescentes variadas. Possui impressão invisível e corte de segurança no lacre. Cold holográfico para constituir maior segurança e exclusividade. Impressão de identificação em preto, com identificação do evento, devendo a impressão e as cores das pulseiras obedecerem ao disposto na arte que será disponibilizada posteriormente pela Secretaria gestora.

● **3 (três) FAIXAS PERSONALIZADAS PARA RAINHAS E PRINCESAS:** Faixa confeccionada em cetim, nas cores e padrão do evento e medidas máximas de 20cm x 200cm (as medidas precisas serão repassadas pela Comissão Organizadora).

● **2500 (duas mil e quinhentos) FOLDERS E PANFLETOS PARA CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DAS ATRAÇÕES:** Formato: 210mm x 150mm. Papel: couchê brilho, 150gr, cores: no mínimo 5 cores.

● **200 m² (duzentos metros quadrados) BANNER:** Banner, com impressão colorida e com suporte para fixação. Medidas variadas, pagamento por metro quadrado.

A aquisição de todos os materiais e equipamentos para a execução dos serviços gráficos deve estar incluída.

5.13. Gerador de Energia

Item: 04 (quatro)

Unidade: Unidade

Especificações: Grupos geradores com no mínimo de 250 KVA (combustível diesel), carenado, silenciado, com abastecimento e operador, em funcionamento para alimentar sistema de sonorização e iluminação do palco, incluindo cabeamento e haste de aterramento. Período de utilização no máximo 10 horas por dia. Sendo 02 geradores para o palco principal, 01 gerador para os demais espaços e 01 gerador para a arena de rodeio. Deve estar incluída a montagem, instalação, desmontagem e ART. Deverá ser indicado responsável técnico para execução dos trabalhos e acompanhamento junto ao equipamento. Deverá ser disponibilizado para todos os dias do evento.

5.14. Recepcionistas Uniformizados

Item: 90 (noventa)

Unidade: Diária

Especificações: O serviço visa o atendimento ao público, orientação e controle de acesso, primando pela cortesia, eficiência e organização. O escopo de atuação abrange pontos de credenciamento, portões de entrada, áreas de informações e salas de autoridades/palestrantes. As atividades principais incluem recepção e boas-vindas aos participantes e visitantes; realização de credenciamento e entrega de kits/materiais; conferência de convites, ingressos, entradas, QR codes ou listas de presença; orientação sobre a programação, localização de auditórios e saídas de emergência; e suporte em cerimoniais e indicação de assentos em áreas reservadas. O perfil profissional exigido é de profissionais com boa dicção e postura proativa. A apresentação deverá ser com uso de uniforme padrão social, garantindo a padronização visual da equipe. A equipe deverá ser composta por ambos os gêneros: masculino e feminino, devidamente uniformizados, equipados e identificados. A necessidade estimada para o evento é de 90 (noventa) diárias para atender à demanda atual, sendo adequada ao evento. As diárias serão de 12 (doze) horas, podendo ser diurno ou noturno, conforme a duração do evento, sempre respeitando as normas trabalhistas.

5.15. Assessoria Pecuária e Veterinária

Item: 01 (um)

Unidade: Conjunto

Especificações: Contratação de serviço completo de assessoria pecuária e veterinária, com a disponibilização de 02 (dois) médicos veterinários com registro no Conselho de Classe do Paraná. Um deles será o responsável técnico de todo o evento, devendo proceder à recepção e inspeção prévia dos animais, conferência da documentação exigida e emissão da GTA de saída, atendimento emergencial dos animais presentes no evento, e conhecer e cumprir a legislação de defesa sanitária animal. Este profissional deverá acompanhar os animais desde a sua chegada, bem como permanecer no local durante toda a realização do rodeio. A equipe incluirá 2 (dois) veterinários (Responsável Técnico e clínico geral, para atendimento especializado dos animais do evento) e 2 (dois) estagiários para assessoria durante o evento. A estrutura necessária inclui baias para ovinos, baias para equinos, baias tubulares, amarradores, bancada e suportes, e divisórias.

Em relação aos animais e alimentação, a contratada será responsável pelo fornecimento de serragem e ração para os animais que estarão participando do evento (equinos, bovinos, suínos, caprinos, ovinos), com os seguintes quantitativos máximos solicitados: 2.000 kg (dois mil quilos) de ração para cavalo (ração de manutenção); 1.500 kg (mil e quinhentos quilos) de silagem (bovinos e ovinos); 1.500 kg (mil e quinhentos quilos) de feno e 200 m³ (duzentos metros cúbicos) de serragem. A contratada também deverá realizar a limpeza do ambiente e baias dos animais, assistência aos tratadores e auxílio no transporte dos animais.

Deverão ser expostos animais das seguintes raças:

● **Bovinos e Bubalinos:** NELORE e GIR (grandes campeões da raça e seleção de genética comprovada juntamente com seus descendentes), GUZERA, NELORE PINTADO e CARACU (touro comprovado com selo racial, domados e dóceis para entretenimento do público), PURUNA (raça de melhoramento genético regional dos campos gerais), HOLANDÊS e JERSEY (raças padrões e referências na produção leiteira), Búfalos da raça MURRAH e MEDITERRÂNEO (leiteiros e de corte com apresentação de diferenciação de genética, pretos, albinos e olhos azuis).

● **Equinos e Muares:** Equinos das raças: CRIOULO, QUARTO DE MILHA, MANGA LARGA, PERCHERON, LUSITANO e FRIESIAN (Cavalos P.O.), Muares (exposição com apresentação do melhoramento genético da espécie, reprodutor, matriz e descendentes).

● **Cunicultura:** Lhamas, alpacas, mini cabra, pôneis, coelhos, porquinho da índia, hamster, peixe beta (doação de um peixe por criança estudante do município e região), cobra (exposição sem manuseio, licença do IAT), exóticos (tartaruga, cágado, gecko).

● **Ovinos e Caprinos:** Carneiros das raças Dorper e Texel (grandes campeões e reservados grandes campeões), Caprinos BOER e ANGLO-NUBIANA. Deverão ser disponibilizados 04 (quatro) trabalhadores para realizar a organização da montagem e desmontagem das baias. A assessoria pecuária e veterinária deverá ser disponibilizada para todos os dias do evento.

5.16. Carreta sanitário

Item: 02 (dois)

Unidade

Carreta com Sanitário Masculino e Feminino. Dimensões externas mínimas: C=6,06m; L=2,44m; H=2,89m. Com no mínimo 6 vasos sanitários com caixa acoplada ou convencional mictório 3 lavatórios. 1 Quadro Distribuição 8 Disjuntores Din 1 Disjuntor Tri 40a 1 Disjuntor Mono 16 A 2 Tomada (S) Com Aterramento 1 Disjuntor Bi 20 A 1 Interruptor 01 Tecla 1 Mrc Módulo Para Montagem 1 Paineiro Frigo SI Pir Ap 40mm - 0,43 X 0,43mm 2 Janela De Correr (jc001bk) Vidro Liso 8mm Módulos 1 Disjuntor Mono 20a. Acesso por uma escada com padrão do corpo de bombeiros. Armazenamento dos dejetos em tanques acoplados na carreta, com a opção de ligação na rede de esgoto. O contratante deverá disponibilizar acesso a água e energia.

6. DO CRONOGRAMA E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ATRAÇÕES MUSICAIS E DE RODEIO

6.1. DO CRONOGRAMA GERAL DO EVENTO E ATRAÇÕES

O evento Expolrati 2026 terá sua programação estendida por cinco dias, abrangendo o período de 8 a 12 de abril de 2026. A montagem de todas as estruturas deve estar concluída 24 horas antes do início oficial do evento, ou seja, até o dia 7 de abril de 2026. A programação geral

deverá atender aos seguintes horários sugeridos, conforme definição e aprovação final da Comissão Organizadora:

A) PALCO PRINCIPAL

| DATA | HORÁRIO | ATRAÇÕES |
|----------------------------|--------------------------|-----------------|
| Quinta-Feira 09/04/2026 | À partir das 19h | Evento Local |
| Sexta-feira, 10/04/2026 | À partir das 22h00min | SHOW |
| Sábado, 11/04/2026 | À partir das 19h00min | SHOW |
| Domingo, 12/04/2026 | À partir das 19h00min | SHOW |

A programação geral do evento, incluindo datas, horários e atrações, poderá ser alterada mediante prévia aprovação da Comissão Organizadora, visando à otimização e adequação às necessidades do evento.

6.2. DA ESPECIFICAÇÃO DA ATRAÇÃO DE RODEIO COUNTRY– MONTARIA PROFISSIONAL EM TOURO

Considerando o público-alvo consolidado do evento e a tradição do rodeio country para o evento, a Comissão Organizadora decidiu pela realização de apresentações de rodeio na Arena, conforme programação de datas e horários. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá efetuar a contratação de uma empresa especializada e de reputação ilibada para a realização do Rodeio Profissional em Touros, que comporá a grade de rodeios durante 03 (três) dias, sexta-feira, sábado e domingo.

A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato administrativo, documento que comprove a contratação da empresa responsável pela realização do rodeio, devidamente autenticado e protocolado junto à Prefeitura Municipal de Irati. Caso a empresa vencedora não apresente a documentação de contratação no prazo estabelecido, a licitação não será homologada e o contrato não será celebrado, passando a ser chamada a segunda classificada, nas mesmas condições, e assim sucessivamente, se necessário.

6.4.1. Programação e horários do Rodeio a ser contratado pela CONTRATADA vencedora:

| DAT | HORÁRIO |
|----------------|---|
| A | |
| 10/04 /2026 | À partir das 18h00min (encerramento antes do show nacional) |
| 11/04 /2026 | À partir das 18h00min (encerramento antes do show nacional) |
| 12/04 /2026 | À partir das 18h00min (encerramento antes do show nacional) |

6.4.2. Das especificações mínimas da atração do RODEIO:

6.4.2.1. 01 (uma) arena, com no mínimo 210 metros (duzentos e dez), composta por 70 (setenta) painéis com arquibancadas para no mínimo 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas sentadas, com 160 (cento e sessenta) metros de comprimento e 8 (oito) lances de arquibancada, disponibilidade de no mínimo 05 (cinco) camarotes, e destinar espaço próprio para PCD, tendo responsável engenheiro qualificado junto ao CREA, este que deve ser de responsabilidade da empresa contratada e registrado junto ao CREA;

6.4.2.2. No mínimo 06 (seis) bretes com porteiras de no mínimo 2,20m x 0,50m x 2,00m, para solta dos animais;

6.4.2.3. Fornecimento de divisões de currais – querência para no mínimo 30 (trinta) touros;

6.4.2.4. Serviço de no mínimo 02 (dois) locutores profissionais de rodeio;

6.4.2.5. Serviço de 01 (um) comentarista de rodeio;

6.4.2.6. 01 JUMBOTRON de quatro faces, composto por 24 (vinte e quatro) placas de LED outdoor – Dimensão 96x96cm, Resolução 80 pixels, Tipo P10 real / P8 virtual. 01 sistema de sincronização de LED. Filmagem do rodeio com 2 (duas) câmeras; Filmagem do locutor/comentarista com 1 (uma) câmera; 01 ilha de captura e edição ao vivo com Placas de captura; 01 monitor HD de 42"; 01 monitor full HD de 21"; Programa de replay e transmissão de internet; Processador i7 7ª geração; Memória 16GB; Placa de vídeo com 3 (três) saídas HDMI; 01 DVDI e 01 DisplayPort. Estrutura de sustentação em alumínio: 06 peças de ground de 4m; 04 peças de ground de 4m; 08 peças de ground de 2m; 08 cubos de 5 faces; 04 sleeves; Cabeamento completo para transmissão ao vivo nos telões e internet, podendo ser montado o Jumbotron de 4 faces de 4x3, no centro da arena de rodeio;

6.4.2.7. Sistema de transmissão de vídeo, rodeio digital, com sistema de estatística, campanha, tempo, nota, melhor nota na noite e classificação dos atletas, 01 (um) Studio com equipamentos de alta tecnologia, filmagem através de no mínimo 03 (três) câmeras, 01 (um) vídeo processador, 08 (oito) monitores de TV, 01 (um) gravador de DVD; 01 (uma) mesa de corte V8, 01 (uma) mesa de replay P10, 01 (uma) mesa de 12 canais de áudio, 01 (um) notebook para as configurações do painel, 01 (um) computador para as propagandas;

6.4.2.8. Materiais e Equipamentos para Iluminação da Arena de Rodeio: postes tipo bengala em Box Truss alumínio; max brut de seis lâmpadas com potência de 1.000 Watts por lâmpada; par led RGB de 36 leds (para a decoração dos postes bengala); main power possuindo 2 (dois) módulos dimmer de doze canais cada um); mega cabo de 50 metros PP Tripolar 95mm; cabos de 50 metros de 70mm de espessura; moving head tipo bean 230 7R; mesa de iluminação padrão; pares led padrão com 18 leds de 15 Watts por led; transmissores DMX Wireless 2.4 Ghz; Cabeamento para alimentação individual dos refletores Max Brut; 04 máquinas de fumaça de 2.000 Watts cada com cooler acoplado para dispersão uniforme de efeitos de fumaça;

6.4.2.9. Sonorização profissional de rodeio, com no mínimo 16 (dezesesseis) caixas de som linearray, 16 (dezesesseis) caixas de grave, 10 (dez) amplificadores de 5000watts cada; 04 (quatro) caixas de som para monitor dos DJs, 01 (um) rack de A/C de 5000watts, 01 (uma) mesa de som 24 canais, 04 (quatro) microfones sem fio, 02 (dois) microfones com fio, 01 (um) rack de periféricos com os seguintes equipamentos: 01 (um) equalizador, 02 (dois) processadores, 02 (dois) compressores de áudio, 02 (dois) efeitos SPX 990, 01 (um) compressor, 01 (um) computador compatível com o objetivo, para analisar o sistema de som, 01 (um) computador para DJs com 30.000 músicas, 02 (duas) TorreFlay medindo 2x2 9,00 metros de altura todo de alumínio, 01 (um) estúdio para os DJS de 8,00 metros por 2,50 metros montado em 01 (uma) carreta;

6.4.2.10. 01 (um) juiz profissional, para as provas de rodeio, filiado à Associação Brasileira de Rodeios;

6.4.2.11. 01 (um) juiz profissional filiado à ABQM (Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Quarto de Milha);

6.4.2.12. 01 (um) fiscal de bretes;

6.4.2.13. 04 (quatro) embretadores;

6.4.2.14. 03 (três) porteiros, para administrar a solta e retorno dos animais;

6.4.2.15. 02 (dois) salva vidas;

6.4.2.16. 01 (um) show humorístico para apresentação na arena, com no mínimo 6 (seis) temas diferentes, sendo dois temas por dia;

6.4.2.17. Boiadas credenciadas na ABTR (Associação Brasileira dos Criadores de Touro de Rodeio), focada no bem-estar, saúde e bons tratos dos touros de rodeio, com capacidade para no mínimo 20 (vinte) montarias por dia, responsabilizando-se pelo manejo, transporte e alimentação;

6.4.2.18. 01 (um) médico veterinário, com comprovação de regular inscrição ao órgão da classe profissional, pertencente ao quadro de colaboradores da licitante, podendo ser da folha de pagamento ou possuir contrato de prestação de serviço, que deverá acompanhar os animais desde a sua chegada, bem como permanecer no local durante toda a realização do rodeio;

6.4.2.19. Materiais e equipamentos para cenário de abertura, premiação e destaques: 02 cortinas de tecido tipo Oxford estilo Drapeada com 3,50 metros de altura por 12,50 metros de comprimento; cortinas de tecido tipo Oxford estilo Cabaré com 3,00 metros de altura por 12,50 metros de comprimento; cortina de tecido tipo Oxford estilo Liso com 5,00 metros de altura por 12,50 metros de comprimento; máquina de papel picado de 4 polegadas com motor de 02 Cavalos e alta rotação; túnel inflável com 3,00 metros de comprimento; portal Box Truss modelo Capela com escada; máquinas fog machine; Back Drop para uso de fotos; Back Drop para montagem de tela retroprojetora; 01 pódio de premiação para 5 (cinco) lugares; 05 pódiums individuais; 06 módulos praticáveis profissionais; 01 projetor multimídia; 12 totens infláveis tipo dente de leão para adereço de cenário; 01 cabeça de boi com 1,70 metros de altura, confeccionado em fibra para decoração de cenário acoplada com efeitos de fogo nos chifres e fumaça nas narinas; 01 lustre de alumínio revestido de globos espelhados.

6.4.2.20. Responsabilizar-se pela premiação total do rodeio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em espécie, distribuídos de acordo com as regras da Comissão Organizadora do Evento;

6.4.2.21. No mínimo 30 (trinta) atletas profissionais que formam um TIME NA MODALIDADE MONTARIA EM TOUROS, para se apresentarem no rodeio, proporcionando aos expectadores do evento um rodeio de alto nível, com qualidade e objetividade, alicerçada pela Lei Federal nº 10.220, de 11 de abril de 2001, a qual regulamenta a profissão de peão de rodeio como um atleta profissional, ou seja, um trabalho de qualidade dentro da legalidade, que agrega valor e credibilidade ao esporte;

6.4.2.22. A CONTRATADA deverá fornecer todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários aos atletas, em conformidade com a legislação vigente;

6.4.2.23. Todas as instalações deverão estar em conformidade com a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e SEAB.

7. DA CONTRAPARTIDA E POSSIBILIDADES DE EXPLORAÇÃO DO EVENTO

7.1. A empresa vencedora (CONTRATADA) terá exclusividade para a exploração comercial dos espaços dos camarotes e comercialização de bebidas nestes espaços, conforme regras aqui estabelecidas, durante todo o evento Expolrati 2026, nos espaços e locais definidos neste instrumento, nos seguintes segmentos:

7.1.1. Exploração de bebidas alcoólicas e não alcoólicas e gelo e

7.1.2. Exploração de Camarotes.

Ficam expressamente excluídos da exploração comercial da CONTRATADA a venda de espaços fora dos camarotes, alimentos, brinquedos, peças e demais bens de consumo não relacionados diretamente aos segmentos acima mencionados.

7.2. Descrição dos critérios dos segmentos mencionados acima para exploração pela CONTRATADA.

7.2.1. A empresa vencedora (CONTRATADA) terá o direito exclusivo ao fornecimento de bebidas e gelo, sendo restrita aos itens acima mencionados dentro do espaço dos camarotes contidos no CT Willy Laars durante todo o período de realização dos shows nacionais da Expolrati 2026 no município de Irati/PR.

7.2.2. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do evento, à Comissão Organizadora ou à Secretaria Municipal de Fazenda de Irati (mediante documento protocolado), proposta contendo os valores máximos das bebidas alcoólicas e não alcoólicas, com a lista de marcas, especificações de embalagem e capacidade, a serem comercializadas durante o evento. Esta proposta deverá obrigatoriamente ter a aprovação da Comissão Organizadora. Deverá constar, no mínimo, os seguintes produtos: Refrigerante Lata 350 ml, Cerveja Lata 350 ml, Água Mineral com e sem gás 500ml, Chopp Pilsen copo 500 ml e Bebidas exóticas e Coquetéis e demais itens acessórios estabelecidos acima.

7.2.3. Ficam estabelecidas as bebidas a serem comercializadas somente na Arena Show Nacional(camarotes, áreas VIP), sendo: Whisky dose, Vodka dose, Energético lata, Bebidas exóticas e Coquetéis.

7.2.4. Constituem obrigações da empresa em relação à venda de bebidas na Arena Show Nacional(camarotes, áreas VIP), dispondo de todo o equipamento, material e recursos para o atendimento ao público, tais como:

7.2.4.1. Chopeiras elétricas completas;

7.2.4.2. Cilindros de gás carbônico (CO2);

7.2.4.3. Chopp;

7.2.4.4. Refrigerantes, devendo ser de diversas marcas como Guaraná Antarctica, Kuat, Coca Cola, Coca Cola zero, Pepsi, Fanta, Sukita, Sprite;

7.2.4.5. Cervejas, devendo ser de diversas marcas como Brahma, Brahma 0%, Skol, Budweiser, Amstel, etc.;

7.2.4.6. Água Mineral sem Gás e Água Mineral com Gás, devendo ser de diversas marcas como FontLife, Nestlé ou Cristal, em embalagens PET com 500ml ou 510ml;

7.2.4.7. Latas de alumínio;

7.2.4.8. Gelo Potável em cubos;

7.2.4.9. Caixas térmicas ou geladeiras para acondicionamento dos produtos;

7.2.4.10. Copos descartáveis específicos para cada produto: Chopp – Copos de 500ml; Refrigerantes – Copos de 300ml;

7.2.4.11. Disponibilizar todo material necessário para dar condições ao atendimento e fornecer mão de obra especializada para atendimento ao público, devidamente treinada e uniformizada. Inclui-se neste serviço a venda dos seus tickets e a entrega do produto ao consumidor;

7.2.4.13. Disponibilizar mínimo de 10 (dez) pontos de venda e entrega de bebidas, cobertos com fechamento metálico, devidamente identificados para atendimento, com locais de instalação estipulados pela comissão organizadora;

7.2.4.14. Serão de responsabilidade da CONTRATADA vencedora o transporte, montagem, desmontagem, operação, instalação, bem como todo equipamento necessário para o funcionamento dos pontos de venda;

7.2.4.15. A CONTRATADA vencedora deverá disponibilizar um número mínimo adequado de funcionários com o propósito de agilizar o atendimento e evitar filas, devendo também fornecer alimentação, hospedagem e demais despesas para sua equipe;

7.2.4.16. Para reposição dos produtos, deverá ser feita em horários de menor público, preferencialmente no período da manhã, sendo expressamente proibida a reposição em horários de circulação do público com veículos automotores;

7.2.4.17. A CONTRATADA vencedora deverá manter durante todo o período da festa estoques suficientes para atender a demanda do público;

7.2.4.18. A empresa deverá possuir no mínimo um caminhão com câmara fria;

7.2.4.19. Não poderá ser vendidos aos consumidores bebidas em garrafas e/ou copos de vidro;

7.2.4.20. É expressamente proibido vender, entregar, mesmo que gratuitamente, bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos;

7.2.4.21. A CONTRATADA vencedora deverá afixar a proibição de que trata o art. 1º da Lei Estadual n.º 16.035, de 21 de junho de 2013, em tamanho e local de ampla visibilidade, com expressa referência a esta Lei e ao art. 243 da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

7.2.4.22. É expressamente proibida a venda de produtos não autorizadas pela comissão organizadora;

7.2.4.23. A comercialização das bebidas será fiscalizada pela Vigilância Sanitária de Irati, de modo a evitar a venda de bebidas falsificadas ou com prazo de vencimento expirado, sujeitando-se a proponente vencedora às sanções administrativas e legais cabíveis;

7.2.4.24. A Comissão Organizadora poderá apresentar nova modelagem de propostas contendo rol de bebidas e respectivas especificações a serem comercializadas durante o evento.

7.2.4.25. A CONTRATADA vencedora deverá fazer a exploração da venda de ingressos para o espaço dos camarotes e deverá manter regras e valores máximos indicados pelo município.

7.2.4.26. A empresa vencedora (CONTRATADA) será notificada pela Comissão Organizadora ou pela Secretaria de Fazenda com os valores dos ingressos, quantidades máximas dos camarotes no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de homologação do certame. O valor integral obtido com a venda dos ingressos será deduzido do valor a ser pago à CONTRATADA.

7.2.4.27. A (CONTRATADA) é responsável pela realização do evento, inclusive por atrasos, mudança de horário, cancelamentos, bem como, pela obrigação de restituição do valor pago pela pulseira.

7.2.4.28. A CONTRATADA vencedora deverá disponibilizar a venda de ingressos a população por meio de sites especializados, pontos de venda físico podendo ser no local do evento, após aprovação da comissão organizadora;

7.2.4.29. A venda de ingressos dos camarotes e setores premium ou área VIP deverá ser obrigatoriamente em tickets eletrônicos contendo a logo oficial do evento e valor do ingresso, indicados pela comissão organizadora;

7.2.4.30. A CONTRATADA vencedora poderá iniciar a venda dos ingressos somente após contrato assinado com a CONTRATANTE;

7.2.4.31. É expressamente proibida a cobrança de ingressos em outras áreas diferentes do setor de CAMAROTES ou ÁREA VIP/ PREMIUM, onde será destinada GRATUITAMENTE para a população;

7.2.4.32. O acesso ao parque será de responsabilidade da contratante, fornecendo controle de acesso das pessoas ao evento.

9. CRONOGRAMA E LOCAIS DE ENTREGA

9.1. A entrega e montagem de todas as estruturas e equipamentos deverá ocorrer no CT Willy Laars, em Irati/PR, no período compreendido entre os dias 5 e 7 de abril de 2026. Conforme preceituado, a montagem deve estar concluída e todos os itens disponíveis para uso e vistoria até o dia 7 de abril de 2026, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas antes do início oficial do evento.

10. RECEBIMENTO, CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

10.1. Os bens e serviços objeto desta contratação serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente: O recebimento provisório ocorrerá a partir da entrega e conclusão da montagem, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta. Este recebimento provisório será atestado pela Comissão Organizadora e pelo Fiscal do Contrato.

b) Definitivamente: O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da plena conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação formal, que se dará em até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

10.2. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.3. No caso de reprovação do objeto, a substituição ou correção deverá ser realizada imediatamente antes do início do evento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.4. O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor total contratado mediante termo de recebimento provisório assinado pelo Fiscal de Contrato, informando que as estruturas principais estão instaladas no parque e em condições de uso, mediante apresentação de nota fiscal, certidões de regularidade e comprovação do atendimento do item 4.4 deste Termo de Referência.

b) 50% (cinquenta por cento) restantes, em até 30 (trinta) dias após a realização do evento, mediante termo de recebimento definitivo, com a apresentação de nota fiscal, certidões de regularidade e atestado de cumprimento integral do contrato pelo Fiscal.

11. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante já forneceu objeto igual ou semelhante ao solicitado em edital, emitido, no mínimo por 01 (um) órgão público ou privado.

11.2. O atestado deverá conter expressamente o nome do responsável pela assinatura, bem como endereço e dados de contato do emissor do atestado.

11.3. Justificativa: A exigência de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, busca comprovar que a licitante já executou objeto de natureza igual ou semelhante ao ora licitado, demonstrando experiência prática e compatível com a complexidade da contratação. Tais documentos, aliados à exigência de indicação do pessoal técnico qualificado, registro nos conselhos profissionais (CREA/CAU), bem como da apresentação de programas e certificados relacionados à saúde e segurança do trabalho (PGR, PCMSO, NR 35, NR 01), visam resguardar a Administração Pública quanto à eficiência, segurança, qualidade e legalidade da execução contratual.

12. OUTRAS COMPROVAÇÕES ESPECÍFICAS

A proponente deverá apresentar os seguintes documentos, em plena vigência:

- a) PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;
- b) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR 07);
- c) Certificado de Treinamento de trabalho em altura conforme (NR 35);
- d) Certificado de Treinamento de ordem de serviço do trabalho (NR 01);

e) Técnico de Segurança do Trabalho vinculado à proponente, o qual deverá ser apresentado no momento da assinatura do contrato.

13. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, conforme o disposto no Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1. No caso de firma individual: Cédula de Identidade e Inscrição Comercial, com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente.

13.2. No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhados da ata da assembleia, devidamente registrada, que elegeu a última diretoria.

13.3. No caso de Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

13.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

13.5. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação).

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

A qualificação técnico-profissional, essencial para a garantia da execução dos serviços com a qualidade esperada, será aferida com base no Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove que o licitante já executou objeto igual ou semelhante ao solicitado em edital, emitido, no mínimo por 01 (um) órgão público ou privado. Deverá constar no atestado, no mínimo o fornecimento das seguintes estruturas com medidas com variação máxima de 30% da dimensão dos itens deste termo de referência, sendo estas as de maior relevância na contratação:

- PALCO
- ARENA DE RODEIO + SHOW
- CAMARINS
- CAMAROTES

14.2. O atestado deverá conter expressamente o nome do responsável pela assinatura, bem como endereço e dados de contato do emissor do atestado.

14.3. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

14.3.1. Registros dos responsáveis técnicos na entidade profissional competente: Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Engenheiro de Segurança, devidamente habilitados em plena vigência pelo CREA ou CAU. Para eventos de grande porte, a segurança do público depende diretamente da integridade de estruturas temporárias e sistemas vitais.

I. Engenheiro Civil

A atuação deste profissional fundamenta-se na Resolução nº 218/73 do CONFEA, sendo compulsória para a estabilidade das edificações transitórias.

Escopo Técnico: Dimensionamento e fiscalização de montagem de palcos, arquibancadas, camarotes, tendas e fechamentos perimetrais.

Certificação: Emissão de ART de Projeto e Execução de Estruturas Temporárias, acompanhada de laudo técnico que ateste a capacidade de carga e a resistência mecânica às intempéries (ventos e sobrecarga).

II. Engenheiro Eletricista: Especialidade em Grupos Moto geradores

A atuação deste profissional é imperativa para a autonomia energética e segurança das instalações temporárias, fundamentada nas normas ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e ABNT NBR 10898 (Iluminação de Emergência).

Escopo Técnico Individualizado:

Dimensionamento e Seletividade: Cálculo da demanda de carga total do evento para especificação da potência nominal e de reserva (KVA) dos geradores, garantindo a seletividade da proteção e o equilíbrio entre fases.

Sistemas de Transferência e Paralelismo: Supervisão da instalação de quadros de transferência (automáticos ou manuais) e sincronismo entre máquinas, visando a continuidade do suprimento em caso de falhas.

Aterramento e Proteção: Implementação de sistema de aterramento temporário específico para as carcaças dos geradores e estruturas metálicas adjacentes, com medição de resistência para prevenção de tensões de passo e toque.

Logística de Combustível e Riscos: Fiscalização do armazenamento de inflamáveis e do sistema de contenção de vazamentos, conforme as normas de segurança ambiental e contra incêndio.

Certificação e Responsabilidade:

Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica): Documento específico de Instalação e Operação de Grupos Moto geradores, que atesta a conformidade das conexões elétricas e a manutenção preventiva dos equipamentos.

Laudo de Abrangência: Relatório técnico que define quais setores (emergência, som, iluminação, climatização) estão cobertos pelo sistema de contingência.

III. Engenheiro de Segurança do Trabalho

Amparado pela Lei nº 7.410/85 e pelas Normas Regulamentadoras (NRs), este profissional é o gestor do risco ocupacional e coletivo.

Escopo Técnico: Elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), definição de rotas de fuga, sinalização de emergência e coordenação de brigadas de incêndio, em estrita observância ao Código de Segurança contra Incêndio e Pânico.

Certificação: ART de Plano de Emergência e Medidas de Prevenção contra Incêndio, atuando em conjunto com a equipe técnica da Contratada e Corpo de Bombeiros.

14.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

A habilitação fiscal e trabalhista é requisito indispensável para a comprovação da regularidade da empresa perante as fazendas públicas e os órgãos de fiscalização do trabalho, em conformidade com o Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

15.2. A certidão de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

15.3. A certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.4. A certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

15.5. A certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

15.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Lei Federal nº 12.440/2011).

16. HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

A habilitação econômico-financeira tem por objetivo verificar a saúde financeira da empresa licitante, prevenindo riscos de inadimplência ou paralisação da execução contratual por insuficiência de recursos, conforme o Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da abertura do certame.

16.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

16.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para

fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

16.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

16.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16.7. Justificativa: Os documentos de habilitação econômico-financeira têm por objetivo verificar a saúde financeira da empresa licitante, prevenindo riscos de inadimplência ou paralisação da execução contratual por insuficiência de recursos. A apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices financeiros (LG, LC e SG) superiores a 1, bem como certidões negativas de falência e recuperação judicial, constitui requisito essencial para aferição da capacidade econômico-financeira mínima exigida, conforme critérios técnicos objetivos e transparentes.

17. DA VISITA TÉCNICA

17.1. A licitante deverá realizar visita técnica, por meio de seu responsável técnico, em até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do pregão, juntamente à Comissão de Eventos Municipal de Irati, em horário previamente agendado pelo interessado através do telefone a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal competente, a fim de tomar conhecimento das condições de trabalho, da estrutura administrativa, da estrutura física/espacos existentes, áreas consideradas relevantes, sua estrutura de planejamento de logística, equipes que estarão vinculadas ao trabalho, bem como para os esclarecimentos necessários à boa execução do contrato e do projeto completo do Evento Expolrati 2026.

17.2. As visitas somente serão agendadas/realizadas respeitando o horário de expediente normal da Prefeitura.

17.3. A proponente, por meio de um representante técnico legal, quando da visita técnica, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.

17.4. Ao final da visita, será emitida declaração comprovando a presença do licitante na visita técnica e atestando que o representante legal da empresa tomou conhecimento de todas as informações, constatando as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação.

17.5. A declaração de participação na visita técnica deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os documentos de habilitação.

17.6. Caso opte por não realizar a visita técnica, a proponente deverá obrigatoriamente entregar, junto com os documentos de habilitação, declaração de responsabilidade pelo conhecimento das condições locais para a execução do objeto, assinada por seu responsável técnico, conforme modelo disponibilizado pela Administração.

17.7. Caso a licitante que venha a ser contratada não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É admitida subcontratação parcial do objeto, limitada aos seguintes serviços:

a) Serviço de gráfica;

b) Serviço de realização de rodeio, desde que a subcontratada comprove experiência e especialização compatíveis com o objeto;

c) Serviços de assessoria veterinária e pecuária, desde que aprovado pela Comissão Organizadora, conforme exigido neste Termo de Referência.

18.2. É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas dos serviços de engenharia.

18.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou a gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme Art. 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

18.4. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 1º, Art. 122, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

18.5. A subcontratada será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

18.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A fiscalização da prestação dos serviços efetuados pela empresa vencedora do objeto deste projeto básico caberá à Secretaria Municipal competente de Irati e pela Comissão Organizadora, conforme portaria a ser emitida.

19.2. A fiscalização será realizada visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e pontualidade dos serviços, podendo a Prefeitura tomar toda e qualquer decisão para assegurar a prestação adequada dos serviços.

19.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

19.4. A CONTRATADA deverá exercer fiscalização própria durante a execução dos trabalhos de seus eventuais funcionários.

19.5. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços ficarão a cargo dos servidores designados pela Secretaria Municipal competente de Irati, cujos nomes e matrículas serão informados em portaria específica, que atuará como Gestor e Fiscais do Contrato.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

20.1. Custear todas as despesas com salários, encargos sociais, seguros, sinistros, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e/ou exigidas por Lei, durante a execução dos serviços.

20.2. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto contratual.

20.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

20.4. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto.

20.5. Comunicar por escrito qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, que possa comprometer a sua qualidade.

20.6. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

20.7. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda a documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital.

20.8. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, das contratações de todos os artistas e rodeio, que correrão sob responsabilidade financeira da CONTRATADA.

20.9. Disponibilizar atendimento médico de urgência/emergência com equipe profissional e ambulância básica (médico, enfermeiro).

20.10. Em caso de necessidade, a CONTRATANTE poderá dispor de funcionários e estrutura para o bom atendimento ao público, conforme acordado previamente.

20.11. Providenciar o transporte de todo material e equipamentos previstos para instalação no local, com antecedência, devendo tudo estar montado e em condições de uso de acordo com o cronograma, imprerivelmente até o dia 7 de abril de 2026.

20.12. Cumprir o cronograma e elaborar checklist de montagem e desmontagens dos espaços.

20.13. Disponibilizar para todos os dias de evento o controle de acesso de pessoas, com recepcionistas treinadas.

20.14. Organizar e operacionalizar as demandas necessárias por intermédio da alocação de serviços e fornecimento de equipamentos, recursos humanos, montagens e desmontagens da estrutura do evento.

20.15. Desenvolver e supervisionar todos os serviços descritos, articulando-se com a CONTRATANTE a partir da contratação até o final do evento.

20.16. Coordenar as atividades referentes ao evento em pauta descritas no presente Termo e responsabilizar-se diariamente pela organização e manutenção das instalações do local do evento.

20.17. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, secundários e previdenciários decorrentes das contratações para a operacionalização do evento.

20.18. Fiscalizar as presenças e os horários de todos os profissionais que trabalharão na organização do evento, e Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo controle e guarda de todo o material de expediente e equipamentos.

20.19. Fornecer grades metálicas para organização do evento, trânsito e tráfego nos entorno do evento.

20.20. Instalar camarins conforme descrito no item 5 das Especificações dos itens do objeto na estrutura mínima.

20.21. Instalar no CT Willy Laars todas as estruturas citadas nas Especificações dos itens do objeto.

20.22. Serviço gráfico conforme necessidade informada pela Administração com entrega obrigatória até 05 (cinco) dias que antecedem a data de início do evento.

20.23. Disponibilizar geradores de energia elétrica para o evento conforme Especificações dos itens do objeto.

20.24. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá viabilizar a contratação de estrutura e demais despesas para a execução dos serviços relacionados ao item 7, os quais já estão com suas agendas pré-programadas para o evento.

20.25. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá arcar com todas as despesas como diárias de hotel, Alimentação, traslado, montagem e abastecimento dos camarins conforme Room List.

20.26. Todas as despesas não relacionadas neste Edital, que porventura vierem a ocorrer, correrão por conta da CONTRATADA.

20.27. Cumprir com todas as recomendações nesse termo mencionadas.

20.28. Garantir que a estrutura física esteja de acordo com a programação do evento, devendo informar a comissão organizadora quaisquer intercorrências que possam surgir sobre instalações, materiais, pessoal ou equipamentos utilizados.

20.29. Adotar as condutas necessárias para finalizar o evento, como a desmontagem dos equipamentos e de toda a infraestrutura/logística, a regularização de eventuais pendências e a devolução dos espaços utilizados, até o dia 19 de abril de 2026.

20.30. Diligenciar para que o CT Willy Laars, após o término do evento, esteja em plenas condições de uso e limpeza, conforme recebido.

20.31. Eventuais serviços ou atrações que extrapolem este contrato poderão ser instituídos pela CONTRATADA, com a prévia autorização da CONTRATANTE.

20.32. Permitir a qualquer tempo livre acesso da Comissão Organizadora, por seus agentes devidamente identificados, em todas as dependências do evento para fins de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do presente.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

21.1. Disponibilizar o CT Willy Laars, com toda a estrutura existente em perfeitas condições de uso para atender às instalações solicitadas.

21.2. Realizar a limpeza e roçada na área externa do CT Willy Laars previamente à realização do evento.

21.3. Possibilitar a abertura de no mínimo 2 (dois) acessos externos ao parque de eventos.

21.4. Fornecer a energia elétrica e água tratada para o evento.

21.5. Disponibilizar o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB) e o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (CVCB) da edificação e evento para o CT Willy Laars.

21.6. Fornecer o alvará de funcionamento, bem como demais taxas municipais para a realização do evento.

21.7. Realizar o atendimento médico de urgência/emergência no posto médico durante a realização do evento, com a disponibilização de 02 (duas) equipes profissionais e 02 (duas) ambulâncias básicas.

21.8. Trocar as notas fiscais dos INGRESSOS GRATUITOS para controle do público.

21.9. Fornecer os serviços de Plano de Mídia de responsabilidade da CONTRATADA.

22. DO VALOR ESTIMADO E DAS DOTAÇÕES

22.1. O VALOR MÁXIMO ESTIMADO para a contratação será de R\$ 1.488.283,33 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos). O pagamento das despesas decorrentes de contratação oriunda da presente licitação correrá mediante a emissão de Nota de Empenho, à conta de recursos consignados na seguinte dotação:

- 18.001 e 20.001 - prestação de serviços pessoa jurídica

22.2. Parágrafo único: Os pagamentos ocorrerão de acordo com o descrito no item 10.4 deste Termo de Referência.

23. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE

23.1. Por outro lado, a CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal competente de Irati, poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios ou em conformidade com as especificações e condições contratuais.

24. DAS GARANTIAS DA PROPOSTA E EXECUÇÃO

24.1. Como forma de garantir um processo mais seguro à Administração, tendo em vista a necessidade e peculiaridade do serviço a ser contratado, as empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar garantia de proposta conforme abaixo. A justificativa para tal exigência é um instrumento que pode auxiliar a construção de um melhor ambiente competitivo, afastando licitantes aventureiros.

24.2. A LICITANTE apresentará, junto da proposta readequada, comprovante de recolhimento de garantia de proposta emitido até a data limite da sessão pública, e que deve ocorrer ainda na fase de pré- habilitação, garantia de proposta no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o edital, nos termos do art. 58, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

24.2.1. A garantia de proposta perderá sua eficácia e será liberada pela Administração em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou ato declaratório do fracasso, exceto se ocorrer:

- 24.2.1.1. Desistência da proposta dentro do prazo de validade;
- 24.2.1.2. Recusa injustificada em assinar o contrato;
- 24.2.1.3. Não apresentação da garantia de execução no prazo previsto.

24.3. Nesses casos, a garantia de proposta poderá ser executada integralmente, sem prejuízo de aplicação de outras sanções cabíveis.

24.4. A Garantia de Proposta poderá ser ofertada em uma das seguintes modalidades:

(i) Moeda corrente nacional, mediante depósito identificado;

(ii) Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

(iii) Seguro-garantia;

(iv) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

24.5. É de inteira responsabilidade dos Licitantes a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.

24.6. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal, Agência 0390, Conta Corrente 575.256.153-8, até o limite da data marcada para a apresentação da proposta readequada, sob pena de ineficácia e não aceite da prestação da garantia.

24.7. A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional se dará via comprovante de realização do depósito bancário identificado e devidamente autenticado pelo Banco receptor. Não serão aceitos agendamentos de depósitos ou congêneres.

24.8. A Garantia de Proposta prestada na modalidade Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor.

24.9. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice.

24.10. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

24.11. A empresa deverá apresentar, no ato da assinatura do Contrato, a título de garantia de execução dos serviços, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor pactuado entre as partes, pelo que garantirá a fiel observância dos termos do contrato.

24.12. A garantia deverá ser apresentada até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no Art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.13. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo em até 10 (dez) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

24.14. Em relação ao seguro garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução, e incluir a cobertura dos valores de multas eventualmente aplicadas.

24.15. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

24.16. O Município poderá utilizar a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

24.17. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

25. IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

25.1. A realização da Expolrati 2026 ocorrerá no CT Willy Laars, com infraestrutura que permite receber grandes públicos e atividades temporárias. Ainda assim, o evento poderá ocasionar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados à geração de resíduos sólidos e à emissão de ruídos em determinados horários. Tais impactos serão temporários e controláveis, sendo de responsabilidade integral da empresa CONTRATADA, por meio do contrato global, que deverá adotar as seguintes medidas mitigadoras:

a) Gestão de resíduos sólidos:

- Disponibilização de lixeiras em pontos estratégicos para descarte de lixo comum e reciclável proveniente da prestação dos serviços.

- Limpeza periódica durante o evento e coleta final ao término das atividades derivadas da prestação dos serviços, com descarte adequado conforme normas ambientais. Os resíduos provenientes do evento serão coletados e descartados por outro contratado, o qual fará a limpeza dos resíduos provenientes de todo o evento.

b) Controle da poluição sonora:

- Embora algumas apresentações ocorram ou se estendam após as 02h00, os sistemas de som serão dimensionados e operados para atender aos parâmetros técnicos estabelecidos pela legislação local e ambiental vigente, respeitando a vizinhança e as normas aplicáveis a eventos em áreas públicas.

c) Uso responsável do espaço:

- Como não é possível o isolamento de áreas verdes no CT Willy Laars, será exigido da CONTRATADA o planejamento da ocupação do espaço de forma a evitar danos à vegetação e ao solo, utilizando estruturas móveis e itinerantes que não causem intervenção permanente no ambiente.

d) Conscientização ambiental do público:

- Inserção de mensagens educativas nos telões e nas redes sociais do evento, incentivando o descarte correto de resíduos e a preservação do espaço público.

25.2. Todas as ações de mitigação ambiental estão previstas contratualmente e serão fiscalizadas pela organização do evento, garantindo a responsabilidade técnica e legal da empresa contratada.

25.3. A empresa CONTRATADA deverá responsabilizar-se para diligenciar que o CT Willy Laars, após o evento, esteja em plenas condições de uso, conforme recebido. Sendo a mesma responsável pela retirada de todos os resíduos do local (acúmulo de resíduos provenientes da prestação do serviço) em um prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a desmontagem da estrutura do evento.

26. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1. O prazo de vigência do contrato objeto deste Termo de Referência será de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação no portal do PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

26.2. O contrato será extinto após o encerramento do evento e a completa execução de todas as obrigações contratuais por ambas as partes, sem pendências remanescentes.

27. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista nos Artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, que

estabelece as penalidades cabíveis para o descumprimento das obrigações contratuais e irregularidades no processo licitatório.

28. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS DETALHADA PARA A EXPOIRATI 2026, EM OBSERVÂNCIA À LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

28.1. Introdução e Contextualização do Evento Expolrati 2026

A presente matriz de alocação de riscos tem como escopo principal a identificação, análise e atribuição de responsabilidades pelos potenciais eventos adversos que possam impactar a organização e a realização da Expolrati 2026. A Expolrati 2026, um evento de grande porte e de relevância estratégica para o desenvolvimento sociocultural e econômico do Município de Irati, no Estado do Paraná, será realizada entre os dias 8 e 12 de abril de 2026, nas instalações do CT Willy Laars. A sua concretização demanda a contratação de empresa especializada na organização e execução de eventos complexos, que abrangerá desde o planejamento e montagem da infraestrutura até a coordenação, gerenciamento, execução e desmontagem, em estrita conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

O objeto da contratação, conforme detalhado no Termo de Referência, abrange uma vasta gama de serviços e fornecimentos, incluindo a instalação de infraestrutura e serviços específicos e refinados. A empresa contratada, além de prover toda a estrutura física e os recursos humanos necessários, será responsável pela obtenção de toda a documentação legal e técnica, incluindo Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs), laudos de segurança, licenças junto ao Corpo de Bombeiros e outras autorizações exigidas pela legislação vigente para eventos de grande porte. A contrapartida para a população local é a gratuidade do acesso às áreas de pista e arquibancada, viabilizada pela exploração comercial de espaços e segmentos específicos pela Contratada, como a venda de ingressos e bebidas a exploração de camarotes e espaços premium, delineando um modelo de parceria público-privada que busca maximizar os benefícios sociais e econômicos com otimização dos recursos públicos.

28.2. Fundamentação Legal e Metodologia de Gestão de Riscos em Contratações Públicas

A elaboração desta Matriz de Alocação de Riscos encontra amparo legal nos preceitos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos para a Administração Pública. A referida legislação, em seus artigos 22 e 103, destaca a imperatividade da gestão de riscos como ferramenta essencial para a governança das contratações e para a promoção da segurança jurídica e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O Artigo 22 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da fase preparatória do processo licitatório, preconiza que o planejamento das contratações públicas deve considerar a gestão de riscos como

elemento integrante e fundamental. Isso implica na necessidade de identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar os riscos que podem afetar a consecução dos objetivos contratuais, garantindo que as decisões sejam tomadas com base em informações qualificadas e que medidas adequadas sejam implementadas para mitigar ou gerenciar esses riscos. A gestão de riscos, nesse contexto, não se restringe apenas à fase de planejamento, mas se estende por todo o ciclo de vida do contrato, desde a sua concepção até a sua extinção, visando assegurar a entrega dos bens e serviços com a qualidade esperada e dentro dos prazos e custos previstos.

Complementarmente, o Artigo 103 da mesma Lei expressamente determina que a alocação de riscos entre as partes contratantes deve ser estabelecida no edital e no contrato, de forma equilibrada e transparente. Esta previsão legal reflete a importância de que a Contratante e a Contratada tenham clareza sobre suas responsabilidades diante de eventos incertos que possam surgir durante a execução contratual. Uma alocação de riscos bem definida evita ambiguidades, litígios futuros e assegura que cada parte assuma os riscos para os quais possui maior capacidade de gerenciar, controlar ou suportar financeiramente. Dessa forma, a Matriz de Alocação de Riscos torna-se um instrumento vital para a prevenção de problemas, a otimização da execução contratual e a proteção do interesse público, garantindo que a Expolrati 2026 seja realizada com o máximo de sucesso e segurança, minimizando imprevistos e potenciais prejuízos à Administração Municipal e à população.

A metodologia para a construção desta matriz envolveu a identificação exaustiva de riscos inerentes a eventos de grande porte, com especial atenção às particularidades da Expolrati 2026, conforme detalhado no Termo de Referência. Cada risco foi submetido a uma análise de impacto (financeiro, operacional, reputacional, segurança) e probabilidade de ocorrência (baixa, média ou alta), permitindo uma avaliação qualitativa do seu potencial danoso. Em seguida, procedeu-se à alocação de responsabilidade, definindo-se se o ônus de cada risco recairia sobre a Contratante (Prefeitura de Irati), a Contratada, ou se seria um risco compartilhado, sempre em busca da alocação mais eficiente e justa. Por fim, foram delineadas ações preventivas, com o objetivo de evitar a materialização do risco, e ações contingenciais, para a pronta resposta caso o risco se concretize, assegurando a continuidade e a integridade do evento.

28.3. Contexto Operacional da Expolrati 2026 e os Riscos Associados

A Expolrati 2026, conforme seu Termo de Referência, representa um empreendimento de significativa envergadura, que envolve uma complexa teia de serviços, estruturas e cronogramas interligados. A natureza multidisciplinar do evento, que agrega shows, rodeios, exposições industriais, pavilhão de animais, áreas gastronômicas e de artesanato, impõe um ambiente propício ao surgimento de diversos riscos que necessitam de uma gestão proativa e de uma clara alocação de responsabilidades entre a Contratante (Prefeitura de Irati) e a Contratada.

O cronograma de execução é particularmente desafiador, com a previsão de que todas as estruturas e equipamentos sejam entregues e montados no CT Willy Laars entre os dias 1º e 7 de abril de 2026, com conclusão e disponibilidade para vistoria até as 19h00 do dia 7 de abril, apenas 24 horas antes do início oficial do evento. Este curto lapso temporal para a montagem de uma infraestrutura tão vasta e complexa, que inclui um palco principal de 20x15 metros com torre de 10 metros, camarins climatizados, uma arena de rodeio para 2.500 pessoas e múltiplos pavilhões, acarreta um elevado risco de atrasos que podem comprometer a abertura do evento e a obtenção das licenças necessárias. A documentação pertinente, como ARTs, RRTs e licenças do Corpo de Bombeiros, também deve ser entregue até a mesma data, demandando um planejamento e execução impecáveis por parte da Contratada. A segurança do público e dos trabalhadores é uma preocupação central e fonte de riscos substanciais.

A exploração comercial de ingressos e bebidas pela Contratada, apesar de ser um elemento-chave para a viabilização gratuita do evento, também introduz riscos relacionados à qualidade dos produtos, à fiscalização sanitária e ao cumprimento das normas legais, como a proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. A Contratada é responsável por toda a logística com venda dos ingressos para camarotes e o fornecimento de chopeiras e bebidas de diversas marcas até a mão de obra especializada, uniformizada e treinada, com pontos de venda adequados e estoque suficiente, fiscalizada pela Vigilância Sanitária de Irati.

As obrigações da Contratante, por sua vez, incluem o pagamento do ECAD dos artistas, a disponibilização do CT Willy Laars em perfeitas condições de uso, com limpeza e roçada prévias, energia elétrica e água tratada, além do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB) e o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (CVCB) da edificação permanente. A falta de cumprimento de qualquer dessas obrigações pode gerar impactos significativos no cronograma e na qualidade do evento, demandando uma colaboração estreita e uma comunicação eficaz entre as partes. A complexidade do evento, a multiplicidade de atores envolvidos e os prazos apertados justificam a necessidade de uma matriz de riscos robusta e detalhada, que assegure a previsão e o tratamento adequado de cada eventualidade.

28.4. Matriz de Alocação de Riscos Detalhada para a Expolrati 2026

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|--|--|--|---|--|---|
| <p>1. Condições Climáticas Adversas (Chuvas Intensas ou Vento Forte no período de 08 a 12 de abril de 2026 em Irati/PR): Caracterizado por fortes chuvas, vendavais ou outras condições meteorológicas extremas que podem comprometer a segurança das estruturas, a realização de shows, rodeios e demais atividades ao ar livre, além de afetar o acesso e a permanência do público no local do evento. Este risco é particularmente relevante</p> | <p>Alto (Danos a estruturas, cancelamento de atrações, interrupção do evento, prejuízo à imagem, financeiro e risco à segurança do público).</p> | <p>Média (Considerando o período do ano em Irati/PR, a ocorrência de chuvas no segundo fim de semana de abril é uma possibilidade concreta que pode impactar diretamente a estrutura do evento e a experiência do público, exigindo planejamento e recursos adequados para sua mitigação).</p> | <p>Compartilhado (A Contratante define as datas do evento e a Contratada é responsável pela execução e segurança das estruturas, sendo ambos os entes corresponsáveis pela mitigação dos impactos de intempéries climáticas).</p> | <p>Acompanhamento diário da previsão meteorológica com antecedência mínima de 10 (dez) dias. Elaboração de plano de contingência para evacuação segura em caso de vendavais. Instalação de estruturas com resistência comprovada a ventos e chuvas (lonas antichama e impermeáveis). Previsão de sistema de drenagem eficiente</p> | <p>Acionamento imediato do plano de contingência para segurança do público e equipe. Interrupção temporária ou cancelamento de atividades ao ar livre. Utilização de espaços cobertos como alternativa. Reforço da equipe de manutenção para reparos emergenciais. Recomposição de danos materiais. Comunicação transparente com o público sobre eventuais alterações na programação.</p> |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|--|---------|---------------|------------------------------|---|----------------------|
| considerando a localização e a época do ano. | | | | no local do evento. Reforço de todas as estruturas temporárias, como palcos, tendas e barracas, com ART/RRT de engenheiro atestando a segurança e estabilidade em condições climáticas adversas. Elaboração de planos alternativos para a programação em caso de chuva. | |

| | | | | | |
|--|--|---|--|---|--|
| <p>2. Atraso na Montagem das Estruturas e Equipamentos: Falha da Contratada em cumprir os prazos de montagem de todas as estruturas (palco principal, housemix, camarins, camarotes, arena de rodeio, pavilhões, etc.) e disponibilização de equipamentos até o dia 7 de abril de 2026, comprometendo a vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e a abertura do evento.</p> | <p>Alto (Impedimento da abertura do evento, prejuízo financeiro para ambas as partes, danos reputacionais, inviabilidade da obtenção do AVCB e outras licenças, aplicação de sanções contratuais).</p> | <p>Média (A complexidade de montagem de um evento de grande porte, com múltiplos elementos e um prazo apertado, apresenta uma probabilidade média de ocorrência de atrasos, exigindo rigoroso acompanhamento e planejamento por parte da Contratada).</p> | <p>Contratada (A responsabilidade pela execução e cumprimento do cronograma de montagem é integralmente da Contratada, conforme itens previstos no Termo de Referência, incluindo a entrega da documentação técnica e licenças).</p> | <p>Elaboração de cronograma físico-financeiro detalhado, com prazos intermediários e equipes dedicadas. Fiscalização intensiva e diária pela Contratada do andamento da montagem. Previsão de equipes de contingência e equipamentos de reserva. Planejamento logístico eficiente para o transporte de materiais. Obtenção prévia de todas as autorizações necessárias para a montagem. Apresentação de</p> | <p>Aplicação das sanções contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato. Mobilização de equipes extras e horas extras para acelerar a montagem. Acionamento de planos de contingência para abertura parcial do evento, se possível e seguro. Negociação com o Corpo de Bombeiros para agendamento de vistoria emergencial, se aplicável e sob a anuência da Contratante. Possibilidade de acionamento de seguro garantia ou outras garantias contratuais para cobertura de prejuízos.</p> |
|--|--|---|--|---|--|

| | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|
| | | | | <p>ARTs e RRTs de montagem e projetos com antecedência suficiente para análise da Contratante. Realização de testes e vistorias internas da Contratada antes da vistoria do Corpo de Bombeiros.</p> | |
|--|--|--|--|---|--|

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|---|---|--|--|---|
| <p>3. Falhas Técnicas em Equipamentos Essenciais (Palco, Som, Geradores, Jumbotron, Estruturas de Rodeio):</p> <p>Ocorrência de panes, defeitos ou mau funcionamento de equipamentos críticos durante o evento, resultando em interrupção de shows, rodeios ou outras atrações, comprometendo a experiência do público e a imagem do evento.</p> | <p>Alto (Interrupção de atrações, insatisfação e possível tumulto do público, risco de acidentes, prejuízo financeiro e reputacional, descumprimento do objeto contratual).</p> | <p>Média (Mesmo com equipamentos de boa qualidade, eventos de grande porte e uso contínuo aumentam a probabilidade de falhas técnicas, demandando um plano de manutenção e contingência robusto).</p> | <p>Contratada (A Contratada é responsável pelo fornecimento, instalação, manutenção e funcionamento de todos os equipamentos, conforme itens do Termo de Referência, devendo garantir o perfeito estado de uso e conservação).</p> | <p>Testes e vistorias rigorosas de todos os equipamentos antes do início do evento e diariamente.</p> <p>Manutenção preventiva e corretiva durante todo o período.</p> <p>Disponibilização de equipamentos de reserva (backup) para itens críticos, como geradores, sistemas de som e iluminação.</p> <p>Contratação de equipe técnica especializada e de prontidão 24</p> | <p>Substituição imediata do equipamento defeituoso por um de reserva. Reparo emergencial por equipe técnica especializada.</p> <p>Remanejamento da programação para minimizar impactos.</p> <p>Comunicação transparente com o público.</p> <p>Registro das ocorrências e aplicação de medidas corretivas.</p> |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|---|--|---|--|--|
| | | | | horas. Certificação de equipamentos e estruturas (ARTs e RRTs). | |
| <p>4. Acidentes com o Público, Atletas ou Equipe (Segurança e Integridade Física) com ou sem animais: Ocorrência de lesões, incidentes ou acidentes graves envolvendo participantes do evento, atletas (especialmente no rodeio) ou membros da equipe de trabalho, decorrentes de falhas nas estruturas, segurança</p> | <p>Altíssimo (Danos físicos, óbitos, processos judiciais, indenizações vultosas, danos irreparáveis à imagem da Contratante e da Contratada, interdição do evento).</p> | <p>Média (Em eventos de grande porte, com a circulação de um grande número de pessoas e a realização de atividades de risco como o rodeio, a probabilidade de acidentes é considerável, exigindo medidas preventivas e contingenciais extremas para garantir</p> | <p>Compartilhado (A Contratada é a principal responsável pela segurança das instalações, brigadistas, socorristas, controle de acesso conforme itens previstos no Termo de Referência. A Contratante é corresponsável pela disponibilização de atendimento médico</p> | <p>Elaboração e aprovação de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) pelo Corpo de Bombeiros, com obtenção do AVCB. Sinalização clara de rotas de fuga e saídas de emergência. Instalação de grades de contenção adequadas e controle de acesso eficiente.</p> | <p>Atendimento médico imediato às vítimas. Acionamento de autoridades policiais e de saúde. Isolamento da área do acidente. Investigação da causa do incidente. Comunicação com a família da vítima e assistência necessária. Medidas corretivas imediatas para evitar reincidência.</p> |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|---------|---------------------------------|---|---|----------------------|
| inadequada, tumultos ou outros fatores. | | a segurança dos participantes). | de urgência/emergência com duas equipes e duas ambulâncias básicas no posto médico, conforme item previsto no termo de referência, e pelo controle de acesso de pessoas ao parque). | Contratação de equipes de segurança privada treinadas. Disponibilização de atendimento médico de urgência/emergência, tanto pela Contratada (equipe e ambulância básica) quanto pela Contratante (duas equipes e duas ambulâncias básicas no posto médico). Fornecimento de EPIs e EPCs para atletas de rodeio e equipe. Vistorias diárias de | |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|---|--|---|---|--|
| | | | | segurança em todas as áreas do evento. | |
| <p>5. Variações de Preços de Insumos Essenciais (Bebidas, Combustível, Materiais de Montagem): Oscilações significativas nos preços de mercado de produtos e serviços que compõem o objeto do contrato, afetando a rentabilidade da Contratada e a qualidade dos itens oferecidos ao público ou a viabilidade econômica da execução.</p> | <p>Médio (Impacto financeiro na Contratada e, indiretamente, na qualidade dos serviços ou na capacidade de cumprimento do contrato, caso a variação seja muito acentuada e não absorvível. Pode haver dificuldade em manter o padrão de qualidade e a oferta de produtos e serviços sem aumento dos preços ao</p> | <p>Média (O ambiente econômico atual apresenta flutuações de preços de insumos, especialmente combustível e commodities, o que confere uma probabilidade média a este risco, requerendo estratégias de gestão e contratação robustas).</p> | <p>Compartilhado (A Contratada assume o risco de variações ordinárias de mercado, mas em casos de eventos imprevisíveis e onerosos que alterem substancialmente a equação econômico-financeira do contrato, a Contratante pode ser acionada para reequilíbrio, conforme</p> | <p>Pesquisa de mercado abrangente e cotação de preços com múltiplos fornecedores antes da formulação da proposta. Negociação de contratos de longo prazo com fornecedores estratégicos. Inclusão de cláusulas contratuais que permitam o reequilíbrio econômico-financeiro em caso de eventos</p> | <p>Análise e comprovação da variação de preços. Negociação para readequação de preços de venda ao público, com aprovação da Comissão Organizadora. Avaliação da possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do Art. 131 da Lei nº 14.133/2021, caso comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências</p> |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|--|--|--|---|---|---|
| | consumidor final, gerando insatisfação). | | Art. 131 da Lei nº 14.133/2021). | imprevisíveis e excessivamente onerosos, conforme legislação aplicável. Gestão de estoque eficiente para mitigar impactos de aumentos pontuais. | incalculáveis, que acarretem desequilíbrio significativo. |
| 6. Não Obtenção ou Atraso na Obtenção de Licenças e Autorizações (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Juizado de Menores, etc.): Falha em obter as licenças e autorizações necessárias dos órgãos competentes (Corpo de Bombeiros, | Alto (Impedimento da realização do evento, interdição de áreas, aplicação de multas, danos reputacionais e financeiros). | Média (A complexidade de obtenção de licenças para eventos de grande porte em um cronograma apertado gera uma probabilidade média, | Compartilhado (A Contratada é a principal responsável pela obtenção das licenças do evento, conforme item previsto no Termo de Referência, e pela apresentação dos projetos e | Início precoce do processo de solicitação de todas as licenças e autorizações. Elaboração de projetos técnicos conforme as normas de cada órgão. Acompanhamento | Ação corretiva imediata para atender às exigências dos órgãos fiscalizadores. Negociação com os órgãos para prorrogação de prazos ou obtenção de licenças provisórias. Possibilidade de alteração na programação ou estrutura para se adequar às restrições impostas. |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|--|---|--|--|---|
| Vigilância Sanitária, Juizado de Menores, Polícia Civil, Polícia Militar, etc.) nos prazos estipulados, ou a obtenção de licenças com restrições que impeçam ou limitem a realização do evento. | | mesmo com o esforço das partes). | documentação técnica. A Contratante é responsável por disponibilizar o CLCB e CVCB da edificação permanente do CT Willy Laars e o alvará de funcionamento e taxas municipais, conforme previsto. | sistemático do status dos processos. Contratação de consultoria especializada, se necessário. Alinhamento constante entre Contratante e Contratada para fornecer informações e documentos. | Interdição de áreas não licenciadas. Aplicação de multas e sanções contratuais por descumprimento de prazos e obrigações. |
| 7. Não Cumprimento das Normas da Vigilância Sanitária: Ocorrência de irregularidades sanitárias na manipulação, preparo ou comercialização de | Alto (Riscos à saúde pública, interdição de pontos de venda, danos reputacionais e | Média (A manipulação de bebidas em grande volume, por diversas equipes, em um evento de longa | Contratada (A Contratada é integralmente responsável pela observância das normas da Vigilância | Treinamento rigoroso de toda a equipe de manipulação de bebidas sobre as boas práticas sanitárias. | Correção imediata das irregularidades. Descarte de produtos impróprios para consumo. Interdição dos pontos de venda irregulares. Notificação e aplicação de |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|--|---|---|--|---|--|
| bebidas, resultando em riscos à saúde do público, interdição de pontos de venda e aplicação de multas. | financeiros, aplicação de multas e sanções). | duração, aumenta a probabilidade de ocorrência de irregularidades sanitárias, exigindo um controle rigoroso). | Sanitária em todos os pontos de bebidas, conforme itens previstos no Termo de Referência). | Vistorias internas frequentes nos pontos de venda. Uso de equipamentos e utensílios adequados e higienizados. Controle de qualidade dos insumos. Manutenção de condições adequadas de armazenamento e refrigeração. Obtenção das licenças sanitárias necessárias. | multas pela Vigilância Sanitária. Ação disciplinar contra a equipe responsável. Recomposição de danos ou indenizações em caso de prejuízos à saúde do público. |
| 8. Descumprimento das Normas de Acesso e Venda de Bebidas | Altíssimo (Infração legal, aplicação de multas, interdição, | Média (A fiscalização de um grande público, | Contratada (A Contratada é integralmente | Treinamento rigoroso da equipe de vendas sobre a | Interrupção imediata da venda irregular. Aplicação de sanções administrativas e |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|--|--|---|--|---|--|
| Alcoólicas a Menores: Falha em impedir a venda ou entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, ou em cumprir as normas de proibição de venda em garrafas/copos de vidro, conforme item previstos no Termo de Referência | processos judiciais, danos reputacionais severos, risco à saúde e segurança de menores). | especialmente em eventos com fluxo intenso, apresenta um desafio na prevenção da venda a menores, tornando a probabilidade média mesmo com esforços de controle). | responsável por fiscalizar e impedir a venda e entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, bem como por afixar as proibições legais, conforme previstos no Termo de Referência). | proibição de venda a menores e sobre a exigência de documento de identificação. Afixação de avisos de proibição em locais visíveis. Fiscalização constante dos pontos de venda e do consumo no evento. Colaboração com o Juizado de Menores e Conselho Tutelar. | criminais previstas em lei. Interdição do ponto de venda. Ação disciplinar contra os funcionários responsáveis. Acompanhamento e colaboração com as autoridades competentes. |
| 9. Falha na Desmontagem e Devolução do Local em Condições Adequadas: | Médio (Aplicação de multas, custos adicionais de limpeza e reparo, retenção da | Baixa (A Contratada possui prazo estabelecido para desmontagem e | Contratada (A Contratada é responsável pela desmontagem | Elaboração de cronograma detalhado de desmontagem e limpeza. Alocação de | Aplicação de multas e sanções contratuais. Contratação de serviços de limpeza e reparo por |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|--|---|---|---|--|
| Não cumprimento do prazo de desmontagem e desocupação dos espaços até o dia 19 de abril de 2026, ou devolução do CT Willy Laars em condições de uso e limpeza não satisfatórias, conforme itens previstos no Termo de Referência. | garantia de execução, prejuízo à imagem). | obrigação de devolução do local limpo, tornando a probabilidade baixa com o devido planejamento). | completa das estruturas e pela desocupação e limpeza dos espaços, devendo diligenciar para que o CT Willy Laars esteja em plenas condições de uso e limpeza, conforme itens conforme previstos no Termo de Referência). | equipe e equipamentos adequados para a tarefa. Fiscalização interna da Contratada durante o processo. | terceiros, com ônus para a Contratada. Retenção da garantia de execução para cobrir os custos adicionais. |
| 10. Ausência ou Insuficiência de Recursos de Fiscalização e Acompanhamento pela Contratante: Falha na designação de fiscais de | Médio (Dificuldade de controle da execução contratual, risco de não conformidade com as especificações, prejuízo à qualidade do evento e | Baixa (Espera-se que a Contratante, por ser um órgão público e em conformidade com o item do Termo de | Contratante (A responsabilidade pela fiscalização da prestação dos serviços é da Contratante, por meio da Secretaria | Designação de fiscais de contrato e equipe de acompanhamento com qualificação técnica adequada. | Notificação da Contratada sobre não conformidades. Readequação da equipe de fiscalização. Aplicação de sanções contratuais à |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|--|-------------------------------------|--|--|--|--|
| contrato ou de equipe de fiscalização em número e qualificação adequados, comprometendo o controle da execução do contrato e a garantia da qualidade dos serviços. | à imagem da Administração Pública). | Referência, destine recursos para a fiscalização, tornando a probabilidade deste risco ser baixa). | Municipal competente e da Comissão Organizadora, conforme item previsto no Termo de Referência). | Elaboração de planos de fiscalização detalhados, com checklists e cronogramas de vistorias. Treinamento da equipe de fiscalização. Realização de reuniões periódicas de acompanhamento com a Contratada. | Contratada, caso se comprove a má execução dos serviços. Intervenção na execução do contrato, se necessário. |

| | | | | | |
|---|---|--|--|---|---|
| <p>11. Danos ao Meio Ambiente (Geração Excessiva de Resíduos Sólidos e Poluição Sonora Acima dos Limites Legais): Produção de lixo em volume não gerenciado, descarte inadequado de resíduos, e emissão de ruídos em níveis que excedam os limites permitidos pela legislação ambiental local, gerando impactos negativos ao meio ambiente e à vizinhança.</p> | <p>Médio (Multas ambientais, danos à imagem, reclamações da comunidade, impacto negativo no ecossistema local e no bem-estar dos moradores próximos).</p> | <p>Média (Eventos de grande porte naturalmente geram grande volume de resíduos e poluição sonora, tornando a probabilidade média sem um plano de gestão eficiente, conforme item previsto no Termo de Referência).</p> | <p>Contratada (A Contratada é responsável pela gestão de resíduos sólidos e controle da poluição sonora, conforme item 26.1 do Termo de Referência, incluindo a disponibilização de lixeiras, limpeza periódica, coleta final e descarte adequado, além de dimensionamento dos sistemas de som para atender a legislação local).</p> | <p>Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, incluindo coleta seletiva. Disponibilização de lixeiras em pontos estratégicos, com identificação para descarte de lixo comum e reciclável. Contratação de serviço de limpeza periódica e coleta final. Dimensionamento e operação dos sistemas de som para atender aos parâmetros técnicos da legislação local e ambiental. Campanhas de</p> | <p>Recolhimento imediato de resíduos. Contratação de serviço de limpeza emergencial. Ajuste imediato dos níveis de sonorização. Aplicação de multas por órgãos ambientais. Recomposição de danos ambientais. Denúncias e reclamações serão direcionadas à Contratada para resposta e solução.</p> |
|---|---|--|--|---|---|

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | conscientização ambiental do público. | |
|--|--|--|--|--|--|

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>12. Problemas na Subcontratação (Gráfica, Rodeio): Falha da empresa subcontratada em cumprir suas obrigações, como atraso na entrega de materiais gráficos ou execução inadequada do rodeio, impactando o evento.</p> | <p>Médio (Prejuízo à programação, insatisfação do público, danos reputacionais e financeiros, aplicação de multas, descumprimento do objeto contratual).</p> | <p>Baixa (A subcontratação é admitida e a Contratada é responsável por selecionar subcontratados qualificados, conforme item previsto no Termo de Referência, tornando a probabilidade baixa com a devida diligência).</p> | <p>Contratada (A Contratada é solidariamente responsável com a subcontratada por todas as obrigações legais e contratuais, permanecendo a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, conforme itens previstos no Termo de Referência).</p> | <p>Seleção criteriosa de subcontratados com comprovada experiência e capacidade técnica. Elaboração de contratos de subcontratação claros, com prazos e penalidades. Fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços subcontratados pela Contratada. Exigência de apresentação de documentação que comprove a</p> | <p>Acionamento das cláusulas contratuais com a subcontratada. Intervenção direta da Contratada para correção das falhas. Substituição da subcontratada, se necessário. Absorção de custos e prejuízos pela Contratada. Aplicação de sanções contratuais à Contratada por descumprimento do contrato.</p> |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|------------------------|---------|---------------|------------------------------|--------------------------------------|----------------------|
| | | | | capacidade técnica do subcontratado. | |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|---|--|---|--|--|
| 13. Falha no Controle de Acesso de Pessoas ao Evento (Contratante): Falhas na equipe de controle de acesso, gerando filas excessivas, tumultos ou acesso indevido. | Médio (Insatisfação do público, tumultos, risco à segurança, danos reputacionais, impacto na fluidez do evento). | Baixa (A Contratada é responsável pelos profissionais que farão a recepção e controle de acesso de pessoas, conforme item previsto no Termo de Referência, sendo previsto e esperado que implemente um sistema eficiente com número suficiente de atendentes). | Contratante (A responsabilidade pelo controle de acesso das pessoas ao evento é da Contratante, conforme item previsto no Termo de Referência). | Treinamento da equipe de controle de acesso. Disponibilização de catracas rotativas em número suficiente e em perfeito funcionamento. Elaboração de plano de fluxo de público. Sistema eficiente de emissão e validação de credenciais/pulseiras. | Aumento da equipe de controle de acesso. Liberação temporária de catracas para desafogar filas, se seguro. Readequação do plano de fluxo. Comunicação com o público para orientar o acesso. |

| Identificação do Risco | Impacto | Probabilidade | Alocação de Responsabilidade | Ações Preventivas | Ações Contingenciais |
|---|--|---|---|--|---|
| 14. Problemas de Logística e Abastecimento de Produtos da Contratada (Bebidas, Gelo): Falhas no transporte, armazenamento ou reposição de bebidas e gelo, resultando em falta de produtos nos pontos de venda, insatisfação do público e perdas financeiras. | Médio (Insatisfação do público, perda de vendas, prejuízo financeiro para a Contratada, reclamações). | Média (A logística de abastecimento de um evento de grande porte é complexa e suscetível a imprevistos, tornando a probabilidade média sem um plano robusto, conforme previstos no Termo de Referência) | Contratada (A Contratada é responsável por toda a logística de abastecimento, incluindo estoque suficiente, transporte, armazenamento e reposição dos produtos, conforme previstos no Termo de Referência). | Elaboração de plano logístico detalhado, com previsão de estoque e pontos de reposição. Contratação de caminhão com câmara fria. Reposição de produtos em horários de menor público. Monitoramento constante do estoque nos pontos de venda. | Acionamento de fornecedores de emergência. Remanejamento de estoque entre os pontos de venda. Comunicação com o público sobre a falta de produtos. Revisão do plano logístico para evitar reincidência. |

V. Considerações Finais sobre a Gestão Contratual e a Mitigação de Riscos

A efetiva gestão dos riscos identificados nesta matriz é um processo contínuo que demandará a colaboração e o comprometimento mútuo entre a Contratante e a Contratada. A Prefeitura Municipal de Irati, por meio de suas Secretarias e da Comissão Organizadora, exercerá a mais ampla fiscalização sobre a execução dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los caso não estejam em conformidade com as especificações e condições contratuais, conforme o item 24.1 do Termo de Referência. A fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado.

A garantia de execução contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor pactuado, a ser apresentada pela Contratada em uma das modalidades previstas no Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, serve como um instrumento crucial para assegurar a fiel observância dos termos do contrato e para ressarcir a Contratante de eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações. As infrações e sanções administrativas, por sua vez, serão regidas pelos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem as penalidades cabíveis para o descumprimento das obrigações contratuais e irregularidades no processo licitatório.

A comunicação eficaz e transparente entre as partes é um fator primordial para o sucesso da gestão de riscos. A Contratada obriga-se a comunicar por escrito qualquer anormalidade que possa comprometer a qualidade dos serviços, permitindo à Contratante tomar as decisões necessárias para assegurar a prestação adequada dos serviços. Dessa forma, esta Matriz de Alocação de Riscos não se configura apenas como um documento estático, mas como uma ferramenta dinâmica de gestão, que deve ser revisada e atualizada conforme a evolução do evento e o surgimento de novas informações, garantindo que a Expolrati 2026 seja um marco de sucesso para o Município de Irati.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2026

ANEXO II

[MODELO DE] PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: _____

CNPJ _____

Endereço: _____

Cidade/Estado: _____

Telefone/e-mail: _____

Validade da proposta: 60 dias.

O VALOR PROPOSTO É DE: R\$ _____ (_____) referente aos
ITENS/ LOTES nº XXX, conforme descritivo abaixo elencado.

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDA DE | VALOR UNITÁRIO | SUBTOTA L |
|------|-----------|----------------|-------------------|--------------|
| XXX | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo do CNPJ

| DADOS PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO | |
|--|--|
| Razão Social: | |
| CNPJ: | |
| Endereço: | |
| Telefone: | |
| Email: | |
| Representante Legal: | |
| Cargo: | |
| R.G.: | |
| CPF: | |

PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2026

ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura de Irati- PR- PMI

Pregão Eletrônico nº 015/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização e realização de eventos de grande porte para a execução da Expolrati 2026.

A empresa abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que:

➤ Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios.

➤ Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

➤ Declara, sob as penas da lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz e que nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, não possui condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

➤ Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores) bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau ou por adoção, conforme disposto no art. 90º. da Lei Orgânica do Município de Irati;

➤ Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs (Equipamento de Proteção Individual), e EPIs equipamentos de proteção coletiva, conforme ambiente de trabalho.

➤ Que concorda com as condições estabelecidas no edital.

➤ Declaro, que sempre que possível, os processos de produção do item e/ ou prestação de serviços minimizarão o impacto ambiental, devendo serem duráveis e de alta qualidade, para que tenham um ciclo de vida mais longo e com informações sobre seus impactos ambientais e que sempre que possível, devem ser fabricados com materiais que sejam renováveis, recicláveis ou biodegradáveis, realizando ainda o atendimento da Lei de Resíduos Sólidos da Construção Civil.

➤ Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com as normas legais do CREA, declaramos que o (s) responsável (eis) técnico (s) pela prestação dos serviços, caso venhamos a vencer a referida licitação, é (são):

• Nome do profissional responsável técnico:

• CREA nº:

• Data do registro:

• Assinatura do profissional responsável técnico:

➤ Declaramos, outrossim, que o (s) profissional (ais) acima relacionado (s) pertence (m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

➤Declaramos pleno conhecimento das condições locais para a execução do objeto e peculiaridades da contratação e não irei requerer, sob nenhum aspecto, repactuação dos

valores ou condições desta contratação mesmo não tenha realizado a visita e não deixarei de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições

➤ Declaro que tenho ciência de que os dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sétima, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de Acesso à Informação.

➤ Declaro, que sempre que possível, os processos de produção do item e/ ou prestação de serviços minimizarão o impacto ambiental, devendo serem duráveis e de alta qualidade, para que tenham um ciclo de vida mais longo e com informações sobre seus impactos ambientais.

➤ Declaro que a destinação final dos resíduos provenientes da prestação dos serviços seguirá a legislação ambiental, em especial a Lei de Resíduos Sólidos.

➤ A proponente acima qualificada DECLARA para os fins de direito, na qualidade de participante do procedimento licitatório, por intermédio de seu responsável técnico o(a) Sr(a) _____, CREA/CAU nº _____, que:

() VISTORIOU e conhece o local das obras referente ao edital mencionado, comprovando que a mesma está ciente das condições para a execução dos serviços propostos.

() DISPENSA A VISITA TÉCNICA aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.*

*Neste caso, não será necessária a assinatura do representante do município.

APENAS PARA AS MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:



Enquadra-se

como Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e que o faturamento bruto anual não é superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no ano-calendário anterior, conforme balanços anexo ao processo.



Está ciente de

que a inexactidão das informações prestadas nesta declaração implicará em sanções administrativas, civis e penais, inclusive a perda do enquadramento como ME e a consequente aplicação das sanções cabíveis.

_____, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo do CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2026

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que celebram entre si, o Município de Irati- PR e

_____.

CONTRATANTE: Município de Irati, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Emilio Gomes, 22, inscrito no CNPJ/MF nº 75.654.574/0001-82, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Emiliano Augusto Rocha Gomes, podendo ser citado no Paço Municipal, sediado à Rua Cel. Emilio Gomes, 22, Centro – Irati-PR.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP: _____, instituída no CNPJ sob o nº _____, e NIRE nº _____, neste ato representado por seu _____, o (a) Sr (a). _____,

_____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF/MF nº _____, à vista do resultado da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 015/2026, regido Pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 e, suas alterações, Lei 12846/2013, Código de Defesa do Consumidor e legislações pertinentes, assim como pelas condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 015/2026, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, bem assim, com fundamento no ato de Homologação e Adjudicação contido nos autos, firmar o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas, as quais mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO CONTRATO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º - Tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em organização e realização de eventos de grande porte para a execução da Expolrati 2026.**

§ 2º - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I.
Referência;

O Termo de

II.
Licitação;

O Edital da

III.
contratado;

A Proposta do

IV. Anexos dos documentos supracitados, tais como planilhas readequadas, cronogramas e demais memoriais.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

§ 1º - O valor total desse contrato é de R\$____ (____) para os itens XXX daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL.

§ 2º - O pagamento das despesas oriundas deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

18.001- 20.001- 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

§ 3º - O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor total contratado mediante termo de recebimento provisório assinado pelo Fiscal de Contrato, informando que as estruturas principais estão instaladas no parque e em condições de uso, mediante apresentação de nota fiscal, certidões de regularidade e comprovação do atendimento do item 4.4 deste Termo de Referência.

b) 50% (cinquenta por cento) restantes, em até 30 (trinta) dias após a realização do evento, mediante termo de recebimento definitivo, com a apresentação de nota fiscal, certidões de regularidade e atestado de cumprimento integral do contrato pelo Fiscal. No caso de o término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura de Irati, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Quando do envio da nota fiscal, em atendimento ao decreto municipal nº 436/2023, a retenção do imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá direto na fonte, tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1234 de 2012 da Receita Federal do Brasil.

§ 4º - As condições de pagamentos aplicam-se tanto para empresas brasileiras quanto estrangeiras.

§ 5º - Eventuais correções financeiras, decorrentes de atrasos de pagamentos, deverão

ser pleiteadas por via judicial. Não serão pagos valores além do estabelecido na Nota de Empenho, a título de multa, juros, mora, etc.

§ 6º - O pagamento da presente licitação será nas condições descritas no termo de referência, após a execução das etapas dos serviços, conforme medição, projetos e planilhas financeiras, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

§ 7º - O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

§ 8º - O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do contrato. Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

§ 9º - A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em contrato;

§ 10º - Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal do contrato;

§ 11º - A fiscalização deverá basear-se nos serviços executados e será feita pelo fiscal de contrato;

§ 12º - O pagamento poderá ser susinado, no todo ou em parte, no caso de:

I. Execução em desacordo com o avençado;

II. Existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;

III. Não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação;

§ 13º - A (s) proponente (s) vencedora (s) deverá apresentar nota fiscal do objeto e na

mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Processo de licitação nº / e contrato nº /);

§ 14º -Na Nota Fiscal deverá constar o ATESTO do responsável pelo recebimento dos serviços, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

§ 15º -Em caso de não constar esses dados, a Nota não será liquidada; A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

§ 16º -Os pagamentos aos prestadores dos serviços para a Prefeitura Municipal de Irati serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. É obrigação da contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA DA AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Único - A CONTRATANTE se reserva o direito de acrescentar ou reduzir, se julgar necessário, a quantidade do objeto se julgar necessário, condicionado pela existência de dotação orçamentária no período, conforme previsto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Parágrafo único- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA SUBCONTRATAÇÃO

§ 1º -É admitida subcontratação parcial do objeto, limitada aos seguintes serviços:

a) Serviço de gráfica;

b) Serviço de realização de rodeio, desde que a subcontratada comprove experiência e especialização compatíveis com o objeto;

c) Serviços de assessoria veterinária e pecuária, desde que aprovado pela Comissão Organizadora, conforme exigido neste Termo de Referência.

§ 2º - É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas dos serviços de engenharia.

§ 3º - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou a gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme Art. 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

§ 4º - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 1º, Art. 122, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

§ 5º - A subcontratada será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

§ 6º - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA REAJUSTE (art. 92, V)

§ 1º- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo da contratação.

CLAUSULA QUINTA DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§ 1º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I. Efetuar o pagamento ajustado conforme pactuado no contrato.
- II. Disponibilizar o CT Willy Laars, com toda a estrutura existente em perfeitas condições de uso para atender às instalações solicitadas.
- III. Realizar a limpeza e roçada na área externa do CT Willy Laars previamente à realização do evento.
- IV. Possibilitar a abertura de no mínimo 2 (dois) acessos externos ao parque de eventos.
- V. Fornecer a energia elétrica e água tratada para o evento.

VI. Disponibilizar o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB) e o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (CVCB) da edificação e evento para o CT Willy Laars.

VII. Fornecer o alvará de funcionamento, bem como demais taxas municipais para a realização do evento.

VIII. Realizar o atendimento médico de urgência/emergência no posto médico durante a realização do evento, com a disponibilização de 02 (duas) equipes profissionais e 02 (duas) ambulâncias básicas.

IX. Trocar as notas fiscais dos INGRESSOS GRATUITOS para controle do público.

X. Fornecer os serviços de Plano de Mídia de responsabilidade da CONTRATADA

XI. Fiscalizar os serviços prestados pela contratada, por meio de registros fotográficos (antes e depois dos serviços) e preferencialmente datados e georreferenciados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I. Custear todas as despesas com salários, encargos sociais, seguros, sinistros, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e/ou exigidas por Lei, durante a execução dos serviços.

II. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto contratual.

III. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

IV. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto.

V. Comunicar por escrito qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, que possa comprometer a sua qualidade.

VI. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

VII. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda a documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital.

VIII. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, das contratações de todos os artistas e rodeio, que correrão sob responsabilidade financeira da CONTRATADA.

IX. Disponibilizar atendimento médico de urgência/emergência com equipe profissional e ambulância básica (médico, enfermeiro).

X. Em caso de necessidade, a CONTRATANTE poderá dispor de funcionários e estrutura para o bom atendimento ao público, conforme acordado previamente.

XI. Providenciar o transporte de todo material e equipamentos previstos para instalação no local, com antecedência, devendo tudo estar montado e em condições de uso de acordo com o cronograma, impreterivelmente até o dia 7 de abril de 2026.

XII. Cumprir o cronograma e elaborar checklist de montagem e desmontagens dos espaços.

XIII. Disponibilizar para todos os dias de evento o controle de acesso de pessoas, com recepcionistas treinadas.

XIV. Organizar e operacionalizar as demandas necessárias por intermédio da alocação de serviços e fornecimento de equipamentos, recursos humanos, montagens e desmontagens da estrutura do evento.

XV. Desenvolver e supervisionar todos os serviços descritos, articulando-se com a CONTRATANTE a partir da contratação até o final do evento.

XVI. Coordenar as atividades referentes ao evento em pauta descritas no presente Termo de referência e responsabilizar-se diariamente pela organização e manutenção das instalações do local do evento.

XVII. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, secundários e previdenciários decorrentes das contratações para a operacionalização do evento.

XVIII. Fiscalizar as presenças e os horários de todos os profissionais que trabalharão na organização do evento, e Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo controle e guarda de todo o material de expediente e equipamentos.

XIX. Fornecer grades metálicas para organização do evento, trânsito e tráfego nos entorno do evento.

XX. Instalar camarins conforme descrito no item 5 das Especificações dos itens do objeto na estrutura mínima.

XXI. Instalar no CT Willy Laars todas as estruturas citadas nas Especificações dos itens do objeto conforme descrito no Termo de referência.

XXII. Serviço gráfico conforme necessidade informada pela Administração com entrega obrigatória até 05 (cinco) dias que antecedem a data de início do evento.

XXIII. Disponibilizar geradores de energia elétrica para o evento conforme Especificações dos itens do objeto.

XXIV. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá viabilizar a contratação de estrutura e demais despesas para a execução dos serviços relacionados ao item 7 conforme descrito no Termo de referência, os quais já estão com suas agendas pré-programadas para o evento.

XXV. A empresa vencedora (CONTRATADA) deverá arcar com todas as despesas como diárias de hotel, Alimentação, traslado, montagem e abastecimento dos camarins conforme Room List.

XXVI. Todas as despesas não relacionadas neste Edital, que porventura vierem a ocorrer, correrão por conta da CONTRATADA.

XXVII. Cumprir com todas as recomendações nesse termo mencionadas.

XXVIII. Garantir que a estrutura física esteja de acordo com a programação do evento, devendo informar a comissão organizadora quaisquer intercorrências que possam surgir sobre instalações, materiais, pessoal ou equipamentos utilizados.

XXIX. Adotar as condutas necessárias para finalizar o evento, como a desmontagem dos equipamentos e de toda a infraestrutura/logística, a regularização de eventuais pendências e a devolução dos espaços utilizados, até o dia 19 de abril de 2026.

XXX. Diligenciar para que o CT Willy Laars, após o término do evento, esteja em plenas condições de uso e limpeza, conforme recebido.

XXXI. Eventuais serviços ou atrações que extrapolem este contrato poderão ser instituídos pela CONTRATADA, com a prévia autorização da CONTRATANTE.

XXXII. Permitir a qualquer tempo livre acesso da Comissão Organizadora, por seus agentes devidamente identificados, em todas as dependências do evento para fins de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do presente.

XXXIII. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

XXXIV. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao produto.

XXXV. Responsabiliza r-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

XXXVI. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação de serviços, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

XXXVII. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- XXXVIII. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.
- XXXIX. Executar os serviços nos locais indicados pela Secretaria solicitante.
- XL. Executar as tarefas/obras no prazo estabelecido pela e de acordo com o interesse da contratante.
- XLI. Fornecer aos seus funcionários uniformes e equipamentos de segurança (quando necessário). No uniforme deve estar indicado o nome da empresa contratada e em cores distintas das utilizadas pelos servidores do município.
- XLII. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- XLIII. Reparar os danos ocasionados aos bens ou a terceiros quando da execução dos serviços ora contratados serão de responsabilidade da contratada.
- XLIV. No valor estão inclusas todas as despesas com a entrega dos produtos e prestação dos serviços, que deverá ocorrer no prazo estabelecido no termo de referência, após a solicitação do Departamento solicitante. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do município, ficando a Administração Municipal no direito de solicitar o cancelamento total ou parcial dos serviços, assim como redução ou aumento de quantitativos.
- XLV. Os serviços objeto desta licitação, deverão atender ao alto padrão de qualidade, observadas as normas adequadas e aplicáveis que possibilitem a durabilidade dos produtos/serviços. Atender rigorosamente às medidas estabelecidas no edital.
- XLVI. Os serviços deverão ser realizados por técnicos ou colaboradores da contratada devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados.
- XLVII. Na execução dos serviços deverão estar incluídas todas as despesas de descolamento e transporte.
- XLVIII. A empresa detentora/contratada ficará obrigada a refazer, a suas expensas, o material/produto/serviços que apresentar falhas ou vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.
- XLIX. Manter o total sigilo dos dados obtidos e das negociações que vier a participar, inclusive dos dados

armazenados, ficando responsável por qualquer divulgação sem autorização expressa da Instituição.

L. A contratada não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia solicitação da Contratante.

LI. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, as obrigações assumidas em Contrato, salvo com autorização expressa da Contratante.

LII. CLÁUSULA
SEXTA DO PRAZO, HORÁRIO E LOCAL DE EXECUÇÃO

§ 1º - O prazo para execução das tarefas será de acordo com o interesse da contratante.

§ 2º - O local de execução dos serviços será definido pela contratante e informado à contratada a cada empenho/Ordem de Serviço.

§ 3º - O instrumento de contrato será celebrado com prazo de execução de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado se houver comum acordo entre as partes e houver disponibilidade orçamentária.

§ 4º - O instrumento de contrato celebrado terá vigência de 05 (cinco) meses. O prazo de vigência é válido para tramitação de pagamentos e demais condições.

CLÁUSULA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

§ 1º - O presente contrato poderá ser alterado:

I. unilateralmente
, pelo Município, quando:

a) quando houver
modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for
necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei Federal 14.133/2021.

c) O contratado
será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

II. por acordo
entre as partes, quando:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§2º- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§3º- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA DAS SANÇÕES

§ 1º- A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à
inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à
inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à
inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º- Na aplicação das sanções serão considerados:

- | | |
|--|------------------|
| I | - a natureza e a |
| gravidade da infração cometida; | |
| II | - as |
| peculiaridades do caso concreto; | |
| III | - as |
| circunstâncias agravantes ou atenuantes; | |
| IV | - os danos que |
| dela provierem para a Administração Pública; | |
| V | - a implantação |
| ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. | |

§4º- A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º- No caso de inexecução parcial injustificada:

- | | |
|--|------------|
| I. | No caso de |
| atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto; | |
| II. | Será |
| configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a contratada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade do contrato; | |
| III. | No caso de |
| inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato; | |
| IV. | No caso de |
| inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º. | |

§6º- Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I.

Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade do contrato e durante sua vigência;

II.

O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III.

No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

IV.

No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º- A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º- A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º- A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º- Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º- A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º- É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. reparaçã
integral do dano causado à Administração Pública;
- II. pagamento da
multa;
- III. transcurso do
prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. cumprimento
das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. análise jurídica
prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- VI. A sanção pelas
infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º- Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

CLÁUSULA DÉCIMA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º- O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§2º- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§3º- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

§4º- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º- Adota-se neste contrato, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA

FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c)

PRÁTICA

COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d)

PRÁTICA

COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e)

PRÁTICA

OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º-Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º- Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1º. A contratada fica ciente da proteção de dados pessoais da presente contratação, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

§2º A contratada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sétima, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

§ 1º- A gestão e fiscalização do instrumento contratual caberão à Secretaria demandante, conforme designações formais constantes no ETP, conforme segue abaixo:

| | | |
|---------------------|----------------------|--------------------|
| Fernando Brevinski | Matrícula nº 5067584 | Gestor de Contrato |
| Adriano Pinto Godoi | Matrícula nº 5067318 | Fiscal de Contrato |

§ 2º-

Em caso de impossibilidade de os mesmos cumprirem as funções estabelecidas, serão nomeados novos fiscais/ gestores.

§ 3º-

O termo de referência foi integralmente elaborado pela Secretaria acima qualificada.

§ 4º-

O recebimento dos materiais e serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA

§ 1º Todas as condições apresentadas no termo de referência do edital de licitação nº 015/2026, mantém-se como condição à prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA PUBLICAÇÃO

§1º- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DOS CASOS OMISSOS

§1º- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO CONTRATUAL

Parágrafo Único: Fica eleito o Foro da Comarca de Irati para dirimir as questões oriundas do presente ajuste contratual, renunciando-se as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Irati, ____de____de 202__

Emiliano Augusto Rocha Gomes

Município de Irati- CONTRATANTE

CONTRATADA

FISCAL

TESTEMUNHA